

GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO: Temas atuais



DÁLIA MARIA MAIA CAVALCANTI DE LIMA
E SILONE PEGADO GOMES
(Org.)

**DÁLIA MARIA MAIA CAVALCANTI DE LIMA
E SILONE PEGADO GOMES
(Org.)**

**GEOGRAFIA POLÍTICA
E GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO:
Temas atuais**

IFRN
Editora ■■■■

2011

Presidenta da República **Dilma Rousseff**
Ministro da Educação **Fernando Haddad**
Secretário de Educação Profissional
e Tecnológica **Eliezer Moreira Pacheco**

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
do Rio Grande do Norte**

Reitor **Belchior de Oliveira Rocha**
Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação **José Yvan Pereira Leite**
Coordenador da Editora do IFRN **Paulo Pereira da Silva**
Conselho Editorial **Samir Cristino de Souza (Presidente)**
André Luiz Calado de Araújo
Dante Henrique Moura
Jerônimo Pereira dos Santos
José Yvan Pereira Leite
Valdenildo Pedro da Silva

Todos os direitos reservados

Divisão de Serviços Técnicos. Catalogação da publicação na fonte.
Biblioteca Sebastião Fernandes (BSF) – IFRN

G345 Geografia política e geografia da população : temas atuais / Dália Maria
Maia Cavalcanti de Lima, Silone Pegado Gomes (Org.). – Natal :
IFRN, 2011.
98p. : il.

ISBN 978-85-8161-009-2

1. Geografia política. 2. Geografia populacional. 3. Migração. 4.
Política – Mulheres. I. Título.

CDU 911.3

EDITORAÇÃO, DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Charles Bamam Medeiros de Souza

CONTATOS

Editora do IFRN

Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol. CEP: 59015-300

Natal-RN. Fone: (84) 4005-0763

Email: editora@ifrn.edu.br

SUMÁRIO

05 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

07 1 - GEOGRAFIA: CIÊNCIA DAS CONJUGAÇÕES

Dália Maria Maia Cavalcanti de Lima

14 2 - MIGRAÇÕES PENDULARES E POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

Francker Duarte de Castro

Francisca Márcia Fernandes Tavares

Gilnara Karla Nicolau da Silva

26 3 - MULHER, POLÍTICA E CIDADANIA: A DIFÍCIL INSERÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA E O DÉFICIT DA REPRESENTAÇÃO DO GÊNERO NO BRASIL E NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

Luzimar Pereira da Costa

Celeide de Oliveira Augusto

Nadja Narjara Barboza dos Santos

41 4 - CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA O CRESCIMENTO POPULACIONAL DO BRASIL

Clara Rafaela de Oliveira Santos e Silva

Everton Brito da Silva

Silone Pegado Gomes

57 5 - CRESCIMENTO POPULACIONAL DE PARNAMIRIM – RN: AS ATIVIDADES ECONÔMICAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE CONTRIBUÍRAM PARA ESSE CRESCIMENTO.

Mara Cleide Pereira de Oliveira

71 6 - ÊXODO RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: ASPECTOS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Ricardo Miranda Sá

Edmilson A. de Oliveira

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta publicação contém textos, em configuração de artigo, que foram apresentados em seminário, cujos temas referiam-se aos conteúdos das disciplinas “Geografia da População e Geografia Política” elaborados pelos alunos, no curso de Licenciatura em Geografia do CEFET-RN, durante o ano de 2008, com organização da Professora das referidas disciplinas, os quais pretendemos divulgar com o intuito da inserção dos mesmos no debate acerca dos assuntos propostos.

A relevância dos temas tratados decorre do entendimento que as políticas públicas desenvolvidas em determinado território estão intrinsecamente ligadas às características da população que o compõe, além de interferirem dialeticamente na sua distribuição espacial.

As questões foram selecionadas em seis artigos dos quais, o primeiro refere-se às questões metodológicas que dizem respeito a ciência geográfica em geral e especificamente das disciplinas Geografia Política e Geografia da População e os demais tratam de temas que relacionam o território nacional, as políticas públicas e a população brasileira no contexto atual.

O texto intitulado “A Geografia: ciência das conjugações” apresenta um conjunto de reflexões acerca da Ciência Geográfica e a produção do conhecimento na Geografia. Enfatiza a importância de uma abordagem interdisciplinar e reforça a interface da Geografia Política com a Geografia da População, na medida em que as políticas territoriais interferem no espaço geográfico e alteram a distribuição populacional e conseqüentemente a possibilidade de construção de experiências que busquem saídas para a realidade presente em determinado território.

As reflexões sobre as migrações pendulares e as políticas públicas na região metropolitana de Natal, sistematizadas por Francker Duarte de Castro, Francisca Márcia Fernandes Tavares e Gilnara Karla Nicolau da Silva, apontam a relação entre o movimento pendular na Região Metropolitana de Natal (RMN) e a atuação das esferas governamentais em gerir políticas públicas frente ao crescente fluxo de pessoas e os efeitos oriundos do desenvolvimento dos meios de transporte no movimento migratório pendular e os fatores que influenciam esses fluxos diários.

O artigo “A mulher, política e cidadania: a difícil inserção das mulheres na política e o déficit da representação do gênero no Brasil e no

estado do Rio Grande do Norte”, elaborado por Luzimar Pereira da Costa, Celeide de Oliveira Augusto e Nadja Narjara Barboza dos Santos, discute a questão da representação política no Brasil e no estado do Rio Grande do Norte, fazendo um balanço da política de cotas por sexo adotado no país, identificando os fatores que se tornam importantes para explicar a pouca eficácia dessa política.

“A contribuição do programa bolsa família para o crescimento populacional do Brasil” foi organizado por Clara Rafaela de Oliveira Santos e Silva, Everton Brito da Silva e Silone Pegado Gomes, relaciona o programa de bem-estar social desenvolvido pelo Governo Federal Brasileiro no ano de 2003 – Bolsa Família, os desafios de sua implantação e as possíveis conseqüências para o crescimento populacional do país.

A relação entre o crescimento populacional de Parnamirim – RN e as atividades econômicas e as políticas públicas que contribuíram para esse crescimento, foi analisada por Mara Cleide Pereira de Oliveira. Trata o crescimento populacional de Parnamirim, considerando as atividades econômicas e as políticas públicas que impulsionaram e contribuíram para esse crescimento, desde sua ocupação, passando pela chegada da indústria, até os dias atuais.

O êxodo rural e políticas públicas e os aspectos da modernização da agricultura brasileira foram apresentados por Ricardo Miranda Sá e Edmilson de Oliveira trazendo a tona questões referentes a migrações, o êxodo rural e a dinâmica populacional do Brasil, destacando-se a população rural, a modernização da agricultura do país introduzida pelas relações capitalistas de produção que induzem ao êxodo rural e as políticas públicas relacionadas à agricultura familiar.

GEOGRAFIA: CIÊNCIA DAS CONJUGAÇÕES

Dália Maria Maia Cavalcanti de Lima

INTRODUÇÃO

A Geografia como estudo das relações entre a sociedade e a natureza apresenta-se como uma disciplina que conjuga saberes das ciências naturais e humanas tendo uma grande relevância social, na medida em que, possibilita o equacionamento do presente, pressuposto para a orientação no sentido do progresso social.

As sociedades com forte concentração populacional ao mesmo tempo em que se afastam dos ecossistemas naturais são mais dependentes das variações climáticas, secas, inundações, epidemias. Porém os aspectos humanos na geografia vão além da distribuição da população em determinado território ao enfatizar os processos históricos e materiais que interferem na organização espacial.

Cabe a ciência geográfica a tarefa de compreender também a produção, a organização e a diferenciação do espaço. Permitindo analisar a família, o Estado e a propriedade privada, como dinâmicas sociais construídas pelo ser humano com a finalidade de se relacionar com a natureza na busca da sobrevivência.

A geografia da população é o ramo dessa disciplina que permite a aproximação dos fenômenos urbanos, políticos e econômicos, para a análise espacial. O espaço geográfico é intrinsecamente político, onde os conflitos e seu controle se apresentam.

Nas sociedades modernas as instituições políticas detêm o controle dos conflitos em prol da realização dos projetos sociais, individuais e coletivos e conseqüentemente interferem na organização espacial. Para Castro (2005, p. 282), cabe ao geógrafo, como cientista social, indagar sobre os atores e as condições em que esses espaços são construídos.

Como a Geografia não é uma disciplina puramente descritiva e empírica, os dados sobre a natureza, a economia e a população não devem ser analisados a partir de uma seqüência linear. Nesse sentido a geografia deve superar a segmentação dos conteúdos que não favorecem a compreensão integral da realidade e dificulta a construção da cidadania. Impõe-se assim uma visão interdisciplinar ou transdisciplinar, onde as diversas áreas do saber relacionam-se para explicação dos fenômenos. Segundo Morin (2000; p.189):

É preciso encontrar o caminho de um pensamento multidimensional que, é lógico, íntegro e desenvolva

formalizações e qualificações, mais não se restrinja a isso. A realidade antropossocial é multidimensional; ela contém sempre, uma dimensão individual, uma dimensão social, e uma dimensão biológica. O econômico, o psicológico e o demográfico que corresponde às categorias disciplinares especializadas são as diferentes faces de uma mesma realidade; são aspectos que, evidentemente, é preciso distinguir e tratar como tais, mais não se deve isola-los e torná-los não comunicantes.

Na pesquisa geografia torna-se necessária uma postura investigativa dos fenômenos espaciais particulares sem deixar de contextualizá-los, o que possibilita compreender a espacialidade das práticas sociais e assim permita interferir nelas como cidadãos. “É preciso formar uma consciência espacial para a prática da cidadania” (KAERCHER, 2002)

Ao analisar a espacialidade das práticas sociais, podemos entender como o global e o nacional se articula no cotidiano local. Não apenas selecionando informações, mais sim, relacionando conhecimentos significativos na explicação do cotidiano.

A INTERFACE DA GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO

A possibilidade de conjugação dos saberes dos diversos ramos da Geografia permite uma visão mais ampla acerca dos mecanismos que interferem na organização espacial.

De acordo com Damiani (2006, 7-10): a geografia, hoje, não se contenta mais com a leitura do espaço como invólucro de conteúdos indiferentes, que tardiamente a preenchem.

O estudo da população pela geografia considera sua organização, distribuição e a apropriação do espaço para viver e produzir. Os movimentos atuais da população marcam as necessidades dos grupos populacionais em locomover-se e suas motivações, que muitas vezes são geradas externamente a elas.

Assim, as pessoas não podem ser contadas, aritmeticamente, como soma de indivíduos isolados, pois as atividades humanas se dão no interior de formas sociais específicas, e apenas a análise quantitativa, não dão conta da complexidade dos fenômenos sociais.

Torna-se indispensável o arsenal de conhecimentos sistematizados pela Geografia Política quando na análise do papel do Estado na criação de oportunidades em determinado território.

Os espaços políticos organizam-se diferentemente em cada território, pois sendo definido e delimitado a partir das relações de poder retrata as relação entre agentes sociais, políticos e econômicos que interferem na gestão desse espaço específico. Assim, quantidades diferenciadas de população dão acesso á análises complexas em diferentes escalas.

A geografia política é o conjunto de idéias sobre as relações da geografia com a política, resultando em conhecimento acerca da interpretação dos fatos políticos em diferentes escalas.

A interface da geografia política com a geografia da população ocorre na medida em que as políticas territoriais interferem no espaço geográfico. Os projetos e práticas dos diversos agentes que reproduzem o espaço numa dimensão concreta alteram a distribuição populacional e conseqüentemente a possibilidade de construção de experiências que busquem saídas para a realidade presente em determinado território.

Os conflitos étnicos, sociais, misturam-se com os conflitos políticos encadeados uns com os outros muitas vezes reciprocamente influenciados, podendo atingir a reorganização do poder, abater a dominação e a exploração. Nesse sentido as guerras e as migrações são fenômenos que fazem oscilar a população e o poder.

É necessária uma contextualização e uma integração entre estudos específicos e os diversos momentos do modelo societário, com a preocupação permanente de analisar os conhecimentos específico das disciplinas no contexto onde estão inseridos.

CAMPO DE INVESTIGAÇÃO NO CENÁRIO BRASILEIRO

No Brasil, os fenômenos populacionais e políticos têm um vasto campo de investigação, principalmente pela diversidade de características naturais, econômicas, populacionais presentes nas varias regiões do país.

Essas diferenças ocorrem também no que diz respeito à disponibilidade de equipamentos e a características dos espaços políticos que reúnem as condições essenciais para que a cidadania seja exercida. Existindo aqui, uma disparidade entre o direito e as possibilidades de exercê-lo.

No caso brasileiro a questão é muito complexa, pois inúmeras famílias vivem em situação de miséria, social e econômica. Fato este, que torna indispensável políticas públicas político emergenciais em prol da satisfação das necessidades básicas ainda não satisfeitas. Cujas implantação deve ocorrer articulando-se a políticas educacionais e oferta de emprego, evitando a reprodução da pobreza.

A emergência da satisfação das necessidades básicas deve incluir o cálculo de escolas, postos de saúde, casas, que proporcione a parcela da população à inserção da cidadania. Quando nos referimos as políticas públicas que de alguma maneira incentivam a natalidade isso nos reporta a pirâmide etária e sexo e a projeção populacional para os próximos anos, e consequentemente a percepção do drama social e os conflitos no interior da relação entre os sexos e as idades.

Quando tratamos de estratégias políticas de conteúdo sócio-econômicos, aparecem questões referentes ao controle de natalidade e a relação entre homens e mulheres. No Brasil a mulher tem sido tratada muitas vezes como objeto nos programas de planejamento familiar.

O papel das mulheres nas famílias brasileiras mudou muito com o tempo, Foi necessário que as mulheres desencadeassem amplo movimento social para a reivindicação do direito ao voto, conseguido apenas em 1932. Atualmente elas assumem um novo papel na execução da produção e dos serviços, sendo responsáveis pela manutenção de grande parte dos seus lares.

Porém, o sistema político brasileiro ainda é um campo repleto de práticas excludentes e discriminatórias em relação ao sexo feminino e às minorias em geral. No entanto, a trajetória das mulheres rumo à equidade ainda continua, com um novo desafio, a conquista de espaço também no exercício do poder político.

No território brasileiro o fenômeno migratório também pode ser analisado a partir da inter-relação de políticas públicas territoriais de desenvolvimento econômico e movimento populacional. A imigração internacional dos escravos negros e dos brancos de origem européia foi fomentada pelo Estado.

Internamente destacando-se os investimentos em indústrias, tendo como conseqüências a migração rural-urbana e deslocamentos inter-regionais e os investimentos no turismo com conseqüência no povoamento das áreas litorâneo nordestinas, o investimento na agroindústria para exportação que abre novos espaços de expansão agrícolas deslocando populações para o Centro Oeste e Norte do país.

Atualmente um fenômeno freqüente nas metrópoles brasileiras é a migração pendular, caracterizada como fenômeno urbano de deslocamentos em períodos de curta duração e até diários entre municípios próximos.

É fundamental que se inclua para discussão o papel das políticas oficiais explícitas ou que apresentem conseqüências não declaradas nos fenômenos populacionais brasileiros. Pois, o incentivo ou controle a natalidade, o planejamento familiar, controle e gestão de fluxos migratórios devem ser analisados de uma maneira crítica com a preocupação permanente de compreender a interação do homem como sujeito histórico com a sociedade da qual faz parte.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O desafio de compreender a realidade através do dialogo entre a elaboração teórica com o fenômeno nos permite perceber que a realidade e maior que qualquer construção do conhecimento, assim quanto maior a possibilidade de articulação de saberes para o entendimento de um fenômeno, mais consistente será sua explicação.

A interface da geografia política com a geografia da população ocorre na medida em que as políticas territoriais interferem no espaço geográfico. Os projetos e práticas dos diversos agentes que reproduzem o espaço numa dimensão concreta alteram a distribuição populacional e conseqüentemente a possibilidade de construção de experiências que busquem saídas para a realidade presente em determinado território.

Cabe a ciência geográfica a tarefa de compreender também a produção, a organização e a diferenciação do espaço. Permitindo analisar a família, o Estado e a propriedade privada, como dinâmicas sociais construídas pelo ser humano com a finalidade se relacionar com a natureza na busca da sobrevivência.

REFERÊNCIAS

1. CASTRO, Iná Elias de. Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
2. DAMIANI, Amélia Luiza. População e Geografia. São Paulo: Contexto, 2006.
3. KAERCHER, Nestor André. O gato comeu a Geografia Crítica? Alguns obstáculos a superar no ensino-aprendizagem da Geografia. In: PONTUSCHKA, Nidia; OLIVEIRA, Ariosvaldo Umbelino de (org.) Geografia em perspectiva, São Paulo: Contexto, 2002.
4. MORIN, Edgar. Ciência com Consciência: por um pensamento complexo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
5. RUA, João. Repensando a Geografia da População. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia e Meio-Ambiente da UERJ, 1997.

MIGRAÇÕES PENDULARES E POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

Francker Duarte de Castro

Francisca Márcia Fernandes Tavares

Gilnara Karla Nicolau da Silva

INTRODUÇÃO

Com o desenvolvimento do comércio e a conseqüente industrialização das cidades e a modernização da agricultura no campo, originou-se fluxos migratórios direcionados para os centros urbanos. Essas populações migraram para as cidades buscando melhores condições de sobrevivência e emprego.

Na atualidade, tal processo continua ocorrendo no Brasil, visto que a industrialização, no país, ocorreu tardiamente, sendo essa concomitante com a urbanização do país. Conforme, Silva (1999, p. 23), para entender melhor o caráter dessa urbanização deve-se considerar dois fatores fundamentais: “o gigantismo adquirido pelo setor de serviços, que foi de encontro a elevados níveis de concentração de renda”, que teve como contrapartida o aumento do terciário informal, além do “processo circular desencadeado pelas grandes aglomerações urbanas”.

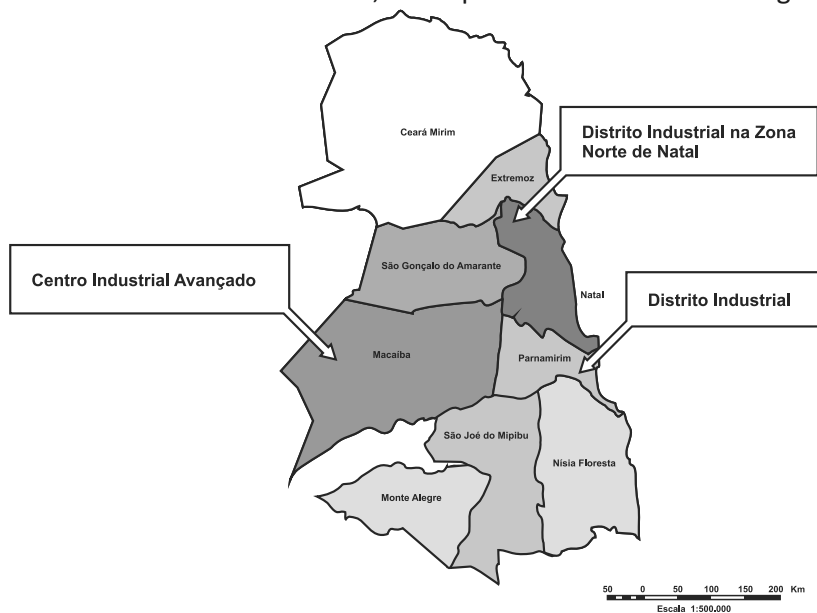
Logo, este artigo, tem como objetivo mostrar como ocorre o movimento pendular na Região Metropolitana de Natal (RMN) e a atuação das esferas governamentais em gerir políticas públicas frente ao crescente fluxo de pessoas. Em seguida, abordar-se-á o processo de formação da RMN, apresentando os municípios que a compõem. E, por fim, elencar-se-á os efeitos oriundos do desenvolvimento dos meios de transporte no movimento migratório pendular e os fatores que influenciam esses fluxos diários.

Para tanto, foram consultados estudos fornecidos pelos seguintes autores Castells (2005); Ervatti e Jardim (2008), Lima (2005); Santos (1988) e (1997); Silva (2001); Scarlato (2005); Branco, Moura e Firkowski (2005), entre outros.

A REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

Segundo o site do Observatório das Metrôpoles, o processo de metropolização da cidade do Natal teve início no de 1970. O Governo Estadual, nessa época, denominou o espaço dinamizado do estado de Aglomeração Urbana Não Metropolitana. Devido essa iniciativa, a prefeitura do Natal, deu seqüência a uma série de planos para viabilizar o processo de metropolização. Esses planos foram: o primeiro em 1977, denominado de

Plano de Desenvolvimento Regional e Urbano da Grande Natal; o segundo em 1988, Plano de Estruturação do Aglomerado Urbano de Natal; o terceiro foi o Plano Natal que tinha como objetivo o crescimento da cidade do Natal na virada do século XXI; e, o quarto foi patrocinado pela Federação das Indústrias (FIERN), denominado de Plano Natal no Terceiro Milênio, fazendo um resgate da região metropolitana. Mas, só em 16 de janeiro de 1997 foi instituída a Região Metropolitana de Natal (RMN) ou Grande Natal, por meio da Lei Complementar Estadual 152, a qual compreende uma área de 2.522,8 km² abrangendo os municípios de Natal (capital do estado), Ceará-Mirim, Extremoz, Macaíba, Monte Alegre, Nísia Floresta, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e São José de Mipibu. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2007), a população da Região Metropolitana de Natal está estimada em 1.255.409 habitantes. É nessa região que se apresenta o maior dinamismo econômico e social do Rio Grande do Norte, onde localizam-se, segundo Gomes e Silva (2007), as principais áreas industriais do Estado. Essas são: o Distrito Industrial, situado na Zona Norte de Natal; Centro Industrial Avançado, localizado no município de Macaíba; e, o Distrito Industrial de Parnamirim, como poder ser visualizado na figura 01.



Fonte: UFRN - Núcleo RMNatal, 2007. Mapa base IBCJ, 2000.

FIGURA 01 – MAPA DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

Segundo dados do IBGE (2007), a população da RMN cresceu nas últimas décadas. Esse fato se dá em decorrência do desenvolvimento econômico dessa região. No entanto, a cidade pólo, Natal, não obteve um crescimento significativo quando comparado com os municípios de Parnamirim e Macaíba. Possivelmente, o crescimento desses municípios está atrelado à instalação de indústrias em seu território, atraindo dessa maneira, um fluxo populacional. Vale destacar também que as cidades de São Gonçalo do Amarante e Monte Alegre apresentaram um significativo acréscimo populacional, em virtude do dinamismo econômico emergente na região. Para uma melhor compreensão observe a tabela a seguir.

Tabela 01 – População absoluta dos municípios da região metropolitana de Natal entre os anos de 1999, 2000 e 2007.

MUNICÍPIOS	ANO		
	1999	2000	2007
Ceará Mirim	64.733	66.861	65.450
Extremoz	19.888	20.542	21.792
Macaíba	47.988	48.408	63.337
Monte Alegre	16.769	16.915	20.590
Natal	688.955	699.339	774.230
Nísia Floresta	17.658	18.239	22.906
Parnamirim	96.210	99.372	172.751
São Gonçalo do Amarante	63.441	65.526	77.363
São José de Mipibu	35.633	36.804	36.990

Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2007.

De fato, o modelo espacial do crescimento econômico brasileiro é responsável pela enorme concentração de pessoas em suas regiões metropolitanas. Pois, as economias externas e as forças dos seus mercados fazem dessas regiões, pólos atrativos de grandes investimentos industriais

de bens de consumo duráveis e dos centros financeiros. As regiões metropolitanas são grandes centros de atração dos fluxos populacionais, onde a economia informal cria expectativas de sobrevivência e até mesmo ascensão social. Para Lima (2005), esse fluxo de pessoas com destino às regiões metropolitanas causa a expansão da cidade-pólo que adentra nos municípios contíguos, “passando a compor uma grande malha urbana”, sendo que essa passa a fazer parte da grande área metropolitana. Por sua vez, essas pessoas não são oriundas apenas do campo, mas também de cidades pequenas que têm menores expectativas, principalmente para os jovens que vão para os grandes centros urbanos em busca de uma vida melhor (SCARLATO, 2005, p. 394).

Silva (2001) argumenta que dois fatores, também, exerceram influência na intensificação do processo migratório na Região Nordeste: o primeiro foi a partir de 1940, onde o crescimento urbano ocorreu de forma acelerada e, o segundo foram as transformações ocorridas nas relações de trabalho no campo, com a expansão do modo de produção capitalista nos diversos setores, como também nas atividades primárias, agricultura e pecuária.

Portanto, é de extrema relevância o estudo dos fluxos migratórios na RMN, em especial neste artigo, os movimentos pendulares, uma vez que existem poucas pesquisas direcionadas nessa área.

ENTENDENDO OS MOVIMENTOS PENDULARES

Com o surgimento do homem, há milhares de anos e sua forma de organização coletiva, surgiu a necessidade de buscar melhores condições de vida. Desde a pré-história os movimentos migratórios das sociedades humanas foram constantes, sendo por causas naturais, como clima, esgotamento dos recursos naturais ou por conflitos políticos, como guerras entre tribos ou nações. No Brasil, as causas dos movimentos migratórios estão relacionadas com as condições econômicas, principalmente na região Nordeste e Norte (SCARLATO, 2005, p. 391).

Para estudar a temática das migrações deve-se atentar, segundo Silva (2001), para as dimensões da realidade espacial que permeiam os aspectos econômicos, políticos, sociais e ambientais.

Nos municípios tornados periferias do pólo metropolitano, a apropriação do espaço é flexível: o preço dos imóveis é menor quando comparados com a cidade-pólo; a fiscalização é menos rígida; a legislação referente ao uso e ocupação do solo é menos restritiva e os impostos territoriais e prediais são mais baratos. Desse modo, muitas pessoas de baixa renda procuram essas áreas para morarem em virtude dessas vantagens (LIMA, 2005, p. 46).

Para elucidar tal fenômeno, as pesquisas de Barbosa e França (2005), mostram que famílias que antes moravam no bairro de Igapó, em Natal, migraram para o município vizinho de São Gonçalo do Amarante em decorrências dos baixos preços dos lotes de terra lá encontrados e da proximidade com o bairro que antes moravam. A mesma linha de pensamento pode ser conferida ao caso de Parnamirim, que é uma opção mais acessível para as pessoas de determinados estratos sociais que almejam morar na zona sul da cidade do Natal.

Dessa forma, pode-se aferir que essas populações constituem um público com grande potencial para os movimentos migratórios pendulares. De fato, a maioria dessas pessoas não trabalha ou estuda no local onde residem, necessitando, então, diariamente, se deslocarem para Natal a fim de realizarem essas atividades.

Logo, as migrações pendulares enquadram-se em um tipo de movimento cotidiano de ir e vir, de pessoas para trabalhar e estudar em municípios distintos. Para Evartti e Jardim (2006) a mobilidade pendular está associada à expansão da metrópole e a sua área de influência em relação com a centralidade do mercado de trabalho. Para Castells (2005, p. 475)

os principais centros metropolitanos continuam a oferecer as maiores oportunidades de aperfeiçoamento pessoal, status social e autossuficiência aos imprescindíveis profissionais liberais de nível superior – de boas escolas para seus filhos e uma adesão simbólica ao grande consumo, inclusive de arte e entretenimento.

Baseado nos resultados do Censo 2000, quanto aos deslocamentos entre municípios para estudo e trabalho, no Brasil 7,4 milhões de pessoas trabalhavam ou estudavam fora do município de residência, o que em dados

percentuais representa 6,66%. Esse número tem um aumento considerável no que diz respeito às regiões metropolitanas institucionalizadas, ou seja, regiões integradas de desenvolvimento (BRANCO et al, 2005).

A migração diária de pessoas da Região Metropolitana de Natal, para a capital Natal, é determinada por situações estruturais como oferta de emprego, serviços de educação e saúde (SILVA, 2001). A seguir segue tabela mostrando o número e o percentual do fluxo migratório de pessoas das regiões metropolitanas das capitais da Região Nordeste.

Tabela 02 - Movimento pendular nas capitais da região Nordeste

MOVIMENTO PENDULAR				
Centros Urbanos da Região Nordeste	Número de Pessoas que Trabalham ou Estudam em Outro Município		Percentual em Relação ao Total de Pessoas que Trabalham ou Estudam em Outro Município	
	Pólo	Demais	Pólo	Demais
Aracaju	8.467	48.350	2,68	30,10
Fortaleza	15.822	75.229	1,09	13,63
João Pessoa	7.740	34.439	1,90	16,97
Maceió	6.310	15.152	1,25	13,95
Natal	8.132	50.243	1,68	20,73
Recife	26.797	279.265	2,88	23,89
Salvador	30.819	42.077	1,83	10,96
São Luís	4.165	38.903	0,70	29,64
Terezina	5.181	16.191	1,02	19,80

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Na tabela acima observa-se um grande número de pessoas que realizam o movimento pendular nas capitais nordestinas. Sendo que, Natal apresenta um número de 8.132 pessoas que migram para outras cidades para trabalhar ou estudar e 50.243 saem das cidades da região metropolitana para trabalhar ou estudar na capital. Assim, verifica-se que, na

Região Metropolitana de Natal, a capital do Estado do Rio Grande do Norte, constitui a “região onde o sistema de objetos e o sistema de ações são mais densos” e por consequência torna-se o “centro do poder” (SANTOS, 1988, p.114). Dessa forma, as outras cidades ao seu entorno por terem um sistema de ações menos complexo tornam-se subalternas ao centro do poder. Para enfatizar tal processo, serve de exemplo o município de Parnamirim, onde 25 mil pessoas, ou seja, 30% da população do município migram diariamente para Natal com diversos fins (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2000, p. 3).

Logo, para que ocorram os movimentos pendulares, de forma eficiente, é necessário a implementação de políticas públicas que viabilizem o deslocamento de pessoas à cidade-pólo e o seu entorno. Para tanto, também é importante o papel desempenhado pela expansão e diversificação dos meios de transporte.

MIGRAÇÕES PENDULARES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

Os movimentos diários, segundo Beaujeu-Garnier apud Branco et al (2005) estão constantemente aumentando, seja em número ou na distância. E uma das causas, segundo os autores, é a melhoria no sistema de transportes, que amplia as distâncias, possibilitando uma maior locomoção das pessoas em busca de trabalho, estudo, lazer, etc., em outra cidade. Para corroborar com essa idéia, Santos (1988) afirma: “o número de produtos, mercadorias e pessoas circulando cresce enormemente e, como consequência a importância das trocas é cada vez maior, pois elas não apenas se avolumam como se diversificam”.

Para Branco et al apud Dupuy (2005) o automóvel é um instrumento importante para a ocorrência do movimento pendular. Segundo Santos (1988), com o desenvolvimento das comunicações e dos meios de transportes, o automóvel e o ônibus possibilitaram a intensificação dos fluxos pelo fato de serem mais flexíveis, ao contrário do trem que é rígido e inflexível. Contudo, a ampliação e melhoramento do sistema de transportes tenderão a piorar, como explica Castells (2005, p. 485)

o sistema de transportes em vez de melhorar, piorarão, porque o aumento das atividades e a compressão temporal possibilitados pela nova

organização em rede transformam-se em maior concentração de mercados em certas áreas e em maior mobilidade física de uma força de trabalho, antes confinada a seus locais de trabalho durante o expediente.

Castells (2005, p. 501) afirma “que a sociedade está construída em torno de fluxos: fluxos de capital, fluxos de informação, fluxos de tecnologia, fluxos de interação organizacional, fluxos de imagens, sons e símbolos”. Os fluxos representam não somente a organização social, mas, são a expressão dos processos que dominam a vida econômica, política e simbólica do cidadão. As cidades expandem-se e crescem, principalmente os grandes centros metropolitanos. Portanto, cabe aos seus administradores encontrarem soluções, por meio de políticas públicas, que viabilizem o melhoramento no sistema de transporte público urbano, ou até mesmo, um melhor planejamento de localização de empregos e residências nas regiões metropolitanas, pois a tendência desse movimento migratório pendular é crescer. Em cidades européias, como Madri, Milão e Paris, onde predomina os movimentos diários, o tempo de deslocamento na ida para o trabalho e a volta para casa é intenso, principalmente para quem usa o automóvel como meio de transporte, ficando presos em imensos engarrafamentos (CASTELLS, 2005, p. 485).

Conforme Lima (2005, p. 36), no Brasil, “a descentralização das políticas urbanas para o nível municipal foi implementada sem, no entanto, uma preocupação com o planejamento integrado”. Assim, os municípios ainda não estão aptos para gerir esses serviços decorrentes dessas políticas urbanas e como consequência não conseguem atender a demanda por serviços sem a interferência de outras esferas político-administrativas.

Diante do exposto, percebe-se que o Estado brasileiro vem transferindo a responsabilidade da prestação de serviços sociais públicos para a esfera municipal. Tal procedimento requer que haja uma maior cooperação entre os municípios para que os problemas sejam controlados e eliminados. É necessário trabalhar em conjunto e refletir sobre a capacidade de ação que governos locais possuem para acabar com os problemas existentes nas cidades (LIMA, 2005, p. 46).

Nesse âmbito, visando a melhoria da acessibilidade para se chegar a Natal, o atual Governo, em parceria com a Prefeitura do município de Parnamirim, no dia 03 de junho de 2008, assinou o edital de construção das

obras da via metropolitana. De acordo com Tapioca (2008), essa obra irá beneficiar Parnamirim, pois a Avenida Prudente de Moraes será prolongada. Desse modo, cria-se uma nova entrada e saída para o centro da capital e o conseqüente aumento na rapidez dos deslocamentos dos transportes, visto que diminuirá os constantes engarrafamentos.

Portanto, políticas públicas são primordiais para promover o pleno desenvolvimento da Região Metropolitana de Natal, tanto no que se refere a mobilidade dos transportes para a população, como também para o crescimento econômico dessa região. Sendo assim, a união desses dois fatores, mobilidade e crescimento econômico, constituem a mola propulsora para o progresso da Região Metropolitana de Natal.

CONSIDERAÇÕES

Como foi visto, o processo de urbanização e modernização do campo contribuiu para a formação das cidades-pólos do território brasileiro. Desse modo, Natal não foge a regra, sendo uma cidade que atrai um grande contingente populacional todos os dias para trabalhar, estudar e também para o lazer, bem como serviços hospitalares.

Isso explica o constante movimento migratório pendular das pessoas para os grandes centros urbanos e o agravamento dos problemas que ocorrem devido a esse fluxo migratório, como por exemplo: a precariedade dos transportes públicos; a grande expansão da malha urbana, sem planejamento, ou seja, com ausência de infra-estrutura; os intensos engarrafamentos; e, a dependência dos municípios próximos a Natal, com relação aos serviços que ela oferece, sejam esses hospitalares ou comerciais.

No que se refere às políticas públicas, urge que medidas sejam tomadas para melhorar a qualidade dos meios de transportes e vias públicas, uma vez que a população que os utiliza passa muito tempo para chegar ao local de destino. Além disso, os transportes públicos, quase sempre, estão superlotados. Como também, são necessárias ações políticas de saúde, educação, lazer, etc., para que as pessoas na o necessitem migrar à cidade pólo para suprir essas necessidades.

Em vista desses problemas, cabem as autoridades políticas promoverem iniciativas conjuntas, no sentido de gerenciar um melhor

desenvolvimento da Região Metropolitana de Natal, por meio de projetos que tragam benefícios à população.

Por fim, é importante que os futuros trabalhos, voltados para essa temática, procurem enfatizar as barreiras ou os problemas que impedem o poder público de executar projetos que colaborem para uma melhor interação entre os municípios pertencentes as regiões metropolitanas.

REFERÊNCIAS

1. BARBOSA, Lara de Melo; FRANÇA, Marla. A dinâmica populacional da Região Metropolitana de Natal. Disponível em: <http://www.reacao.com.br/programa_sbpc57ra/sbpccontrole/textos/larabarbosa.htm>
2. Acesso em: 15 jun. 2008.
3. BRANCO, Maria Luisa Gomes Castello; FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de Freitas; MOURA, Rosa. Movimentos Pendulares e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 19, n. 4, p. 121-133, out./dez. 2005
4. CASTELLS, Manuel. In: _____. O espaço de fluxos. A sociedade em rede. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
5. Censo Demográfico. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 10 jul. 2008.
6. Como anda a Região Metropolitana de Natal. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.ufjf.br/como_anda/como_anda_RM_natal.pdf> Acesso em: 26 jun. 2008.
7. ERVATTI, Leila Regina; JARDIM, Antonio de Ponte. Migração pendular intrametropolitana no Rio de Janeiro: a condição de renda das pessoas que trabalham ou estudam fora do município de residência em 1980 e 2000. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_102.pdf> Acesso em: 26 jun. 2008.
8. LIMA, Dália Maria Maia Cavalcanti de. Relação tempo/espaço e gestão urbana. Natal: ed. do autor, 2005.

9. Região Metropolitana de Natal. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/9porto/rita01.jpg>> Acesso em: 10 jul. 2008.
10. SANTOS, Milton. Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.
11. _____. Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
12. SCARLATO, Francisco Capuano. População e urbanização brasileira. In: Ross, Jurandy Luciano Sanches (org.). Geografia do Brasil. 5. ed. rev. e amp.-São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
13. SILVA, Anelino Francisco da. Migração crescimento urbano: uma reflexão sobre a cidade de Natal, Brasil, 2001. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-94-74.htm>> Acesso em: 27 jun. 2008.
14. SILVA, Anieres Barbosa da; GOMES, Rita de Cássia da Conceição. Dinâmica e organização do espaço metropolitano de Natal/RN:
15. uma leitura a partir do setor terciário. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/9porto/rita01.jpg>> Acesso em: 10 jul. 2008.
16. TAPIOCA, Valdemir. Fim do caos: via metropolitana será um solução para trânsito caótico de Parnamirim. Jornal de Natal. Natal, 09 jun. 2008. Estado, noticiando Parnamirim, A15.

**MULHER, POLÍTICA E CIDADANIA:
A DIFÍCIL INSERÇÃO DAS MULHERES NA
POLÍTICA E O DÉFICIT DA REPRESENTAÇÃO
DO GÊNERO NO BRASIL E NO ESTADO DO RIO
GRANDE DO NORTE**

Luzimar Pereira da Costa
Celeide de Oliveira Augusto
Nadja Narjara Barboza dos Santos

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende discutir a questão da representação política no Brasil e no estado do Rio Grande do Norte, fazendo um balanço da política de cotas por sexo adotado no país, identificando os fatores que se tornam importantes para explicar a pouca eficácia dessa política. A pesquisa está baseada em dados adquiridos por meio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE/RN), cuja base empírica são os dados das eleições para o Governo Estadual, para o Senado, para as Assembléias Legislativas e para Câmara dos Deputados Federais, nos pleitos realizados sob a vigência da legislação de cotas.

Desse modo, a partir de considerações teóricas e dados empíricos, busca-se demonstrar a configuração da representação feminina na política brasileira e especificamente no estado do Rio Grande do Norte. As principais conclusões permitem afirmar que, até o momento, a evolução da representação feminina na política não é muito significativa. Em termos de candidaturas e eleições podem ser consideradas parcialmente positivas, no entanto, pouco expressivas.

Para fundamentar este artigo foram consultados os seguintes autores: Alkmim (2006), Araújo (2001), Aristóteles (2006), Betto (2006), Boselli (2008), Damiani (2004), Ferreira (2004), Lakatos e Marconi (1999), Miguel (2000), Ribeiro (1986), Soihet (2002), Vendas, Ramos e Kalache (1987). Ainda foram consultados dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE/RN), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), à legislação pertinente, dentre outros documentos.

O artigo está estruturado em quatro partes. Numa primeira etapa, faz-se uma aproximação do objeto de estudo, relatando os fatores que contribuíram para a criação e implementação da política de cotas no Brasil. Numa segunda etapa, realiza-se uma análise da representação do eleitorado de acordo com o sexo. Numa terceira etapa, faz-se um diagnóstico do perfil do candidato. E finalmente, numa quarta etapa, expõe-se como vem ocorrendo o preenchimento dos cargos políticos nos pleitos sob vigência da lei de cotas. Todas essas análises foram realizadas levando em consideração a representatividade do sexo feminino na política do país e especificamente do Rio Grande do Norte.

UMA APROXIMAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

A palavra política vem do grego polis, significando cidade ou Estado. Na obra de Aristóteles, a política é uma teoria do Estado, uma ciência que procura a melhor constituição para realizar o ideal humano. O bom legislador precisa conhecer a melhor forma de governo em relação às possibilidades concretas de exercício do poder.

Hannah Arendt apud Alkmim (2006), utilizando o conceito grego de política diz que “A política baseia-se no fato da pluralidade dos homens”, portanto, ela deve organizar e regular o convívio dos diferentes e não dos iguais. Para os antigos gregos não havia distinção entre política e liberdade e as duas estavam associadas à capacidade do homem de agir em público que era o local original do político.

Quando se fala em política, normalmente é remetida a idéia de cidadania. Mas o que vem a ser cidadania? Para Souza (2007, p. 01), antes de responder essa pergunta, talvez seja melhor remeter a um termo aparentemente mais fácil de definir – cidadão. Para esse autor, “ser cidadão em princípio é estar registrado como membro participante de um estado, submetendo-se ao conjunto de leis vigentes na sociedade [...]”. Na Grécia antiga, ser cidadão era sinônimo de poder participar da vida política e administrativa da cidade.

Atualmente ser cidadão significa ser participante da vida política como decorrência direta e imediata do acesso efetivo aos direitos fundamentais. Dessa forma, não se pode negar que a cidadania só pode ser exercida num ambiente verdadeiramente democrático (SOUZA, 2007).

Ainda de acordo com esse autor, a modernidade colocou a idéia de uma democracia representativa, ou seja, um sistema no qual os indivíduos elegem certa quantidade de pessoas que irão representar seus interesses nos assuntos de administração da sociedade.

Nessa ótica, para Ribeiro (1986, p. 17) “a política também é naturalmente, uma profissão, pois afinal, é por meio dela que nos governamos, que ordenamos nossa vida em coletividade. Nenhum homem pode assumir sua humanidade fora de uma estrutura social, ainda que mínima”.

Para isso, é necessária a escolha democrática de um representante que atenda seus interesses. Nesse sentido, Ribeiro (1986) afirma que as democracias contemporâneas de modo geral são representativas, se

expressando por meio da indicação da vontade dos cidadãos qualificados para votar. Portanto, intuitivamente, poderia concluir-se que todo aquele que tem direito de votar tem direito de eleger-se. Contudo, isso não costuma ocorrer. Existem vários fatores limitativos, como idade, raça, religião e até mesmo o sexo.

Em se tratando da relação entre os sexos, objeto de estudo desse trabalho, de acordo com Damiani (2004) a relação do homem e da mulher ao longo da história foi permeada por interdições morais, instituições e regulamentações, que recriaram a desigualdade dos dois sexos e reservaram à mulher o papel de reprodutora criadora, dificultando sua inclusão plena na vida política e econômica da sociedade.

A função de reprodutora, que cabe à mulher, favoreceu a sua subordinação ao homem. A mulher por ser considerada o sexo frágil, recebeu da sociedade o título de uma pessoa incapaz para assumir a direção e chefia do grupo familiar e muito menos um papel de sujeito político. Já o homem, associado à idéia de autoridade devido a sua força física e poder de chefia, assumiu o poder dentro da sociedade. Assim, surgiram as sociedades patriarcais, fundadas no poder do homem, do chefe de família e que mais tarde viria estabelecer um formato de governo primitivo.

Segundo Lakatos e Marconis (1999), alguns autores asseguraram que o Estado, antes de apreender a forma definitiva de um governo organizado sobre o território, se desenvolveu a partir de uma organização muito rudimentar.

Henry Summer Maine apud Lakatos e Marconis (1999, p. 180) afirma que “o Estado desenvolveu gradativamente a partir da família, especificamente o patriarcal. O Patriarca exercendo sua autoridade em todos os aspectos da vida de seus subordinados teria autoridade suprema, constituindo a primeira forma de governo”.

Nessa ótica Soihet (2002, p. 38) afirma que “as restrições da sociedade patriarcal inibem a mulher como sujeito político ativo e participante na mudança social e na sua própria mudança”. Devido à falta de estímulos à participação política das mulheres, que se reproduz pelos padrões culturais, ao longo da história do país, são poucas as que encaram e conseguem ultrapassar as barreiras causadas pela ausência de oportunidades e reconhecimento de seu potencial de atuação como sujeito político.

De acordo Boselli (2008), o sistema político brasileiro ainda é um campo repleto de práticas excludentes e discriminatórias em relação

às mulheres e às minorias em geral. Foi necessário que as mulheres desencadeassem amplo movimento social para a reivindicação do direito ao voto, conseguido apenas em 1932. No entanto, a trajetória das mulheres rumo à equidade ainda continua. Restou outro desafio, a conquista de espaço também no exercício do poder político.

As minorias, termo que inclui também as mulheres, já que se refere a uma inferioridade social e política, embora não numérica, atualmente, têm seus direitos individuais e políticos limitados principalmente pela democracia e pelo neoliberalismo.

Para Betto (2006), em terra de tão brutal desigualdade, a democracia é risco calculado, pois nela é ignorada a igualdade de direitos e oportunidades, bem como o direito a diferença. Quanto ao neoliberalismo, esse não propõe a inclusão de todos. Muitos consideram o neoliberalismo estágio avançado de civilização, assim como os contemporâneos de Aristóteles encaram a escravidão um direito natural e os teólogos medievais viam na mulher um ser ontologicamente inferior ao homem.

Essa inferioridade feminina acaba se refletindo no seu papel perante a sociedade, inclusive na representatividade política. Desse modo, Boselli (2008), vem a afirmar que foi com o objetivo de alterar a representatividade política, segundo o sexo, que se criou o mecanismo de cotas. Trata-se de um tipo de ação extremamente necessária para se recompor o cenário de desigualdade e reparar práticas históricas de discriminação e exclusão social das mulheres. De forma específica, o objetivo das cotas nas eleições proporcionais é a tentativa de se garantir um percentual mínimo de candidaturas femininas e aumentar sua representação nos Legislativos.

A Lei 9.504/97 estabelece os percentuais mínimos e máximos para cada sexo. Segundo essa Lei, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo (BRASIL, 1997).

Como se pode observar, o processo de implementação da política de cotas no Brasil é recente. Contudo, esta política vem dando, no mínimo, mais visibilidade à exclusão da mulher nos espaços políticos e às disparidades existentes na esfera política, entre homens e mulheres. Por esta razão, elas vêm sendo tratadas como um tema central das discussões de gênero e política (FERREIRA, 2004).

Mesmo com a existência da cota previstas em Lei, ao se analisar a forma de como se vem desencadeando a política eleitoral no Brasil, observa-se que apesar de representarem mais da metade do eleitorado do país, as

mulheres permanecem em minoria absoluta, no Parlamento, no Executivo e no Judiciário, seja na esfera Municipal, Estadual ou Federal.

Dessa forma, pode-se afirmar que total representativo feminino na Câmara e no Senado Federal, ao contrário do eleitorado, deixam muito a desejar e, que o sistema de cotas é no mínimo tímido, já que não há reservas de cadeiras no Parlamento e sim de vagas na candidatura, ficando de fora todos os cargos preenchidos por eleição majoritária. (MIGUEL, 2000).

Se a população do eleitorado feminino no Brasil é maior em relação ao masculino, isso remete a crer que a população geral tenha a mesma tendência. Essa afirmação pode ser confirmada ao analisar os dados do IBGE (2007) que relata que das cinco regiões brasileiras, as mulheres são maioria em número de habitantes em três das mais populosas: Nordeste, Sudeste e Sul.

Para Veras, Ramos e Kalache (1987), os fatores que contribuem para explicar a diferença entre o predomínio das mulheres sobre homens é que, estes estão sujeitos a uma maior repercussão de risco de trabalho, acidentes em geral, homicídios, suicídios, diferença de atitude em relação a doenças e incapacidades e a questão de migração dos homens, que saem de sua região em busca de melhores oportunidades.

ANÁLISE DO ELEITORADO

De acordo com o IBGE (2007), a população brasileira está estimada em torno de 183,9 milhões de habitantes. Desses 69,28% estão aptos a votar. Ao analisar a tabela 01, verifica-se que as mulheres, desde 2000, vêm representando a maioria do eleitorado brasileiro. Dos cerca de 127,5 milhões de eleitores cadastrados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para as eleições (2008), 65,92 milhões (51,72%) são mulheres, aproximadamente 4,4 milhões a mais do que os homens (gráfico 01).

Segundo TSE o número de eleitores femininos é maioria em todas as faixas etárias, mesmo quando o voto não é obrigatório. A faixa etária com maior número de pessoas aptas a votar é a de 25 a 34 anos, que engloba 15,2 milhões (24,4%).

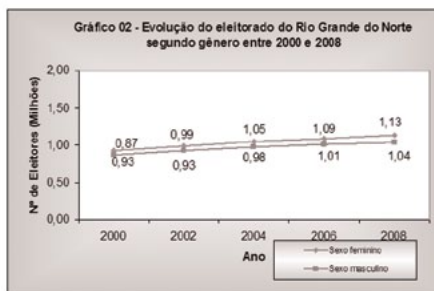
Quando analisado o eleitorado do Rio Grande do Norte, as mulheres também estão à frente dos homens. Hoje, elas representam aproximadamente 1,13 milhão (52,07%) - gráfico 02.

Tabela 01 – Dados gerais do eleitorado entre 2000 e 2008 no Brasil e no Rio Grande do Norte entre					
Dados	2000	2002	2004	2006	2008
Brasil					
População	166.112.518	174.632.960	181.581.024	186.770.562	183.987.291*
Eleitorado	109.826.263	115.254.113	121.391.631	125.913.479	127.464.143**
Eleitorado/ População (%)	66,12	66	66,85	67,42	69,28
Sexo feminino	55.437.428	58.604.571	62.164.232	64.882.283	65.924.455
Sexo masculino	54.152.464	56.431.672	59.033.938	60.853.563	61.361.238
Rio Grande do Norte					
Sexo não informado	236.371	217.591	193.461	177.633	178.450
População	2.684.712	2.852.784	2.962.107	3.043.760	3.013.740*
Eleitorado	1.803.825	1.917.382	2.024.288	2.101.144	2.172.629***
Eleitorado/ População (%)	67,19	67,21	68,34	69,03	72,09
Sexo feminino	930.114	988.443	1.046.591	1.091.173	1.131.201
Sexo masculino	870.972	926.377	975.484	1.007.942	1.039.585
Sexo não informado	2.739	2.562	2.213	2.029	1.843

Fonte: TRE/RN , *Dados disponíveis no IBGE (2007), ** Dados disponíveis no TSE (2008), ***
Dados disponíveis no TRE-RN(Junho de 2008).

Deve-se considerar que essa tendência segue a proporção da população de homens e mulheres no país. De acordo com o IBGE, em 2000 a proporção era igual, de 100 mulheres para cada 100 homens. Em 2007, segundo esse órgão, a proporção caiu para 99,6 homens em cada 100 mulheres. Entre os Estados, o Pará é o que tem mais homens (107,3 para cada 100 mulheres) e a Paraíba é o que tem mais mulheres (100 para cada 94,6 homens). Já o Rio Grande do Norte apresenta 100 mulheres para cada 96 homens.

ANÁLISE DAS CANDIDATURAS



Mesmo com a maioria representativa de votos, são poucas as mulheres que se arriscam a candidatura. Dessa forma, no universo dos candidatos a predominância feminina verificada entre os eleitores não se reproduz na mesma proporção do eleitorado. Apesar de alcançarem um relativo crescimento em 1998, primeiro pleito realizado sob a vigência da lei de cotas, se comparadas com o total de candidaturas masculinas, observa-se que a feminina está abaixo do desejado.

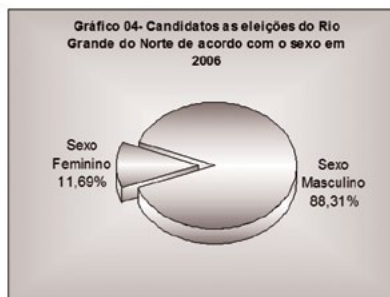
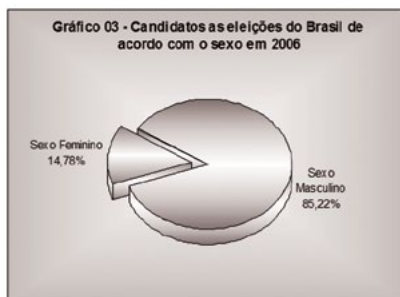
No Brasil, do total de 17.730 candidatos (Tab. 02) que concorreram às eleições de 2006, cadastrados pelo TSE, apenas 2.621 (14,78%) dos candidatos são mulheres (gráfico 03). Já no Rio Grande do Norte, dos 248 candidatos, 11,69%, são do sexo feminino (gráfico 04).

Tabela 02 - Candidatos às eleições do Brasil no RN de acordo com o sexo

Gênero	Nº de candidatos	%
Brasil		
Sexo Feminino	2.621	14,78
Sexo Masculino	15.109	85,22
Total	17.730	100
Rio Grande do Norte		
Sexo Feminino	29	11,69
Sexo Masculino	219	88,31
Total	248	100

Fonte: TSE e TRE/RN

Fazendo uma análise dos números de candidatas na última disputa para todos os cargos, com exceção para o de Presidente da República, observa-se que nenhum partido político chegou a atingir o percentual mínimo de 30%, estabelecido pela Lei 9.504/97. Como se pode constatar, essa Lei não vem sendo obedecida. Como essa Lei não prevê nenhuma punição para quem descumpri-la, nenhum partido foi autuado por não atendê-la.

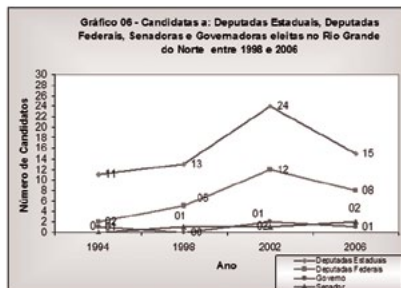
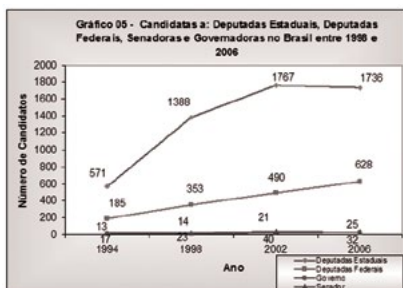


Em se tratando de outras eleições, ao avaliar o gráfico 05, a partir de 1998, verifica-se uma elevação do percentual de mulheres entre os concorrentes. Tal elevação pode decisivamente ser lida como um efeito direto das cotas, embora estas não tenham chegado a atingir metade da meta mínima estabelecida, mantendo-se, no geral, sem alterações expressivas. De todo modo, pela primeira vez as candidaturas para a Assembléia Legislativa alcançaram, a marca dos dois dígitos em relação à porcentagem, passando de 7,2% candidatas em 1994 para 12% em 1998. Ainda assim, tal crescimento também se manteve abaixo da cota mínima de candidaturas.

Em relação às eleições para a Câmara Federal, o percentual de mulheres eleitas para 1994 foi de 7,8%, elevando-se para 9,7% em 1998. Porém, ao contrário do que sugerem algumas análises, segundo Araújo (2001), esse crescimento parece não depender das cotas, emergindo mais como uma tendência. Ela indica um crescimento constante do percentual de eleitas nos últimos pleitos, do qual o aumento ocorrido em 1998 não desenvolve ao ponto de poder ser atribuído às cotas.

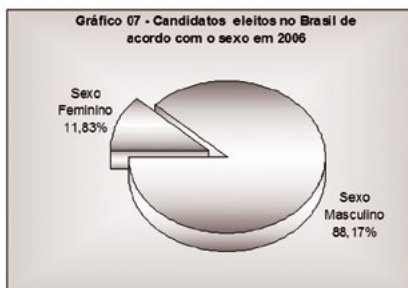
O Estado do Rio Grande do Norte, não foge a realidade brasileira. O maior peso eleitoral feminino não tem se refletido na redução do déficit democrático do gênero. As mulheres continuam sub-representadas na política e parece que este quadro não vai mudar com as eleições de 2008. Houve um crescimento nas candidaturas gerais de 1998 e 2002, contudo,

as eleições de 2006 não acompanharam esse crescimento (gráfico 06). É provável que, isso tenha ocorrido devido aumento de candidaturas indeferidas nesse ano, refletindo na redução de candidaturas no geral.



ANÁLISE DOS CANDIDATOS ELEITOS

Segundo dados do TSE, nas eleições de 2006, dos 1.580 candidatos eleitos no país, conforme pode ser observado na tab. 03 e no graf. 07, apenas 173 eram do sexo feminino. Já no Rio Grande do Norte, de acordo com os resultados publicados pelo TRE, o estado elegeu oito mulheres (19,05%) dos 42 eleitos – gráfico 08.



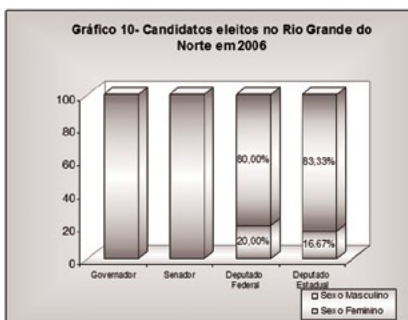
Conforme exposto anteriormente, fica evidente que as mulheres não possuem a maioria representativa na política do país e muito menos do estado. Ainda de acordo com dados do TSE, foram eleitas em 2006: 173 mulheres - 04 Senadoras (14,81%), 46 Deputadas Federais (8,97%) e 123 Deputadas Estaduais/Distritais (13,34%), de acordo com o gráfico 09.

Nenhuma mulher foi eleita Governadora no 1º turno e das 05 candidatas que disputaram o 2º turno, 03 se elegeram (17,65%).

Tabela 03 - Candidatos eleitos no Brasil e no RN de acordo com o sexo em 2006		
Gênero	Nº de candidatos	%
Brasil		
Sexo Feminino	173	11,83
Sexo Masculino	1.407	88,17
Total	1.580	100
Rio Grande do Norte		
Sexo Feminino	08	19,05
Sexo Masculino	34	80,95
Total	42	100

No que concerne ao Rio Grande do Norte, a representação feminina ficou da seguinte forma: 01 Governadora, 01 Senadora, 02 Deputadas Federais (20,00%), e 04 Deputadas Estaduais (16,67%) – Gráfico 10. Ao analisar os dados dos estados nordestinos, o Rio Grande do Norte apresenta o melhor desempenho eleitoral da região. No entanto, é necessário assinalar que muitas das mulheres eleitas se beneficiaram do prestígio político dos homens de sua família, em particular do pai ou marido.

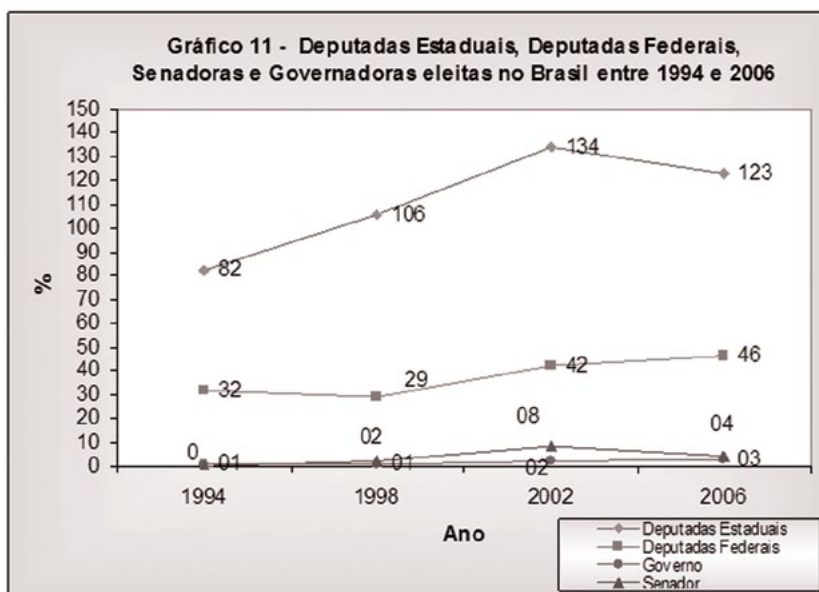
Em se tratando de outras eleições, ao avaliar o gráfico 11, a partir de 1998, verifica-se que a evolução do universo de mulheres titulares de cargos na Câmara de Deputados Federais, Assembléia Legislativa e no Senado Federal, mantém-se sem alterações expressivas.



Já em relação ao número de mulheres no governo dos estados brasileiros em 2007, verifica-se que foi o maior da história, mas, ainda assim, aumentou em apenas uma governadora em relação às eleições de 2002. Foram eleitas três mulheres: Ana Júlia Carepa (PT-PA), Wilma de Faria (PSB-RN) e Yeda Crusius (PSDB-RS). No processo de 2002, duas mulheres haviam chegado ao comando estadual: Wilma de Faria e Rosinha Garotinho (PMDB), no Rio de Janeiro.

O primeiro pleito em que uma brasileira se elegeu governadora foi o de 1994, quando Roseana Sarney (PFL) foi escolhida para o governo do Maranhão. Em 1998, ela se reelegeu. Nas duas eleições, Roseana foi à única governadora do país.

Ao se analisar a participação feminina na política nos três últimos pleitos (gráfico 09), observa-se que tem aumentado, mas os números podem ser considerados irrisórios, frente à participação masculina. Esses números ainda estão longe de ser o ideal para uma representação equilibrada dos gêneros.



CONSIDERAÇÕES

As estatísticas sobre participação por sexo nos parlamentos continuam a indicar uma sub-representação das mulheres nas instâncias de decisão política, tornando-se evidente o déficit gerado pela exclusão histórica que vivenciam.

Apesar de tantas dificuldades, as mulheres, como cidadãs, conquistaram certo espaço de respeito dentro da sociedade. As relações ainda não são de igualdade e harmonia entre os gêneros, feminino e o masculino, pois o quadro atual ainda está longe de uma situação mais eqüitativa. Isso fica claro ao comparar os dados do Brasil e do estado do Rio Grande do Norte, fornecidos pelo TSE e pelo TRE/RN.

Embora a política de cotas defenda a idéia de que ampliando o universo de candidatas, as chances de ingresso do gênero em cargos políticos aumentam, as análises realizadas mostram que os resultados são poucos expressivos. Ao se avaliar esse aspecto, deve-se levar em consideração que, o problema diz respeito não apenas aos atuais números, mas a todo um contexto histórico. Existem aqueles que atribuem o problema ao curto espaço de tempo que tem a implementação da lei de cotas. Outros atribuem à resistência dos partidos políticos. Na realidade, o problema é bem mais antigo. Como já relatado anteriormente, os percursos sociais e a situação estrutural da mulher frente às relações de gênero, aliadas às condições e a competição eleitoral operam no país, não lhes oferecem um cenário favorável ou sequer animador para sua atuação política.

No Brasil e no Rio Grande do Norte viu-se que a representatividade feminina na política é pouco significativa. O estado Potiguar apresenta uma porcentagem melhor de candidatas eleitas nos pleitos de 2006, quando comparado com o país. Contudo, é importante ressaltar que seis das oito mulheres eleitas, apresentam uma forma de inserção na política caracterizada na herança familiar, baseado na política tradicional.

REFERÊNCIAS

1. ALKMIM, Sérgio Vaz. Resenha do livro de Hannah Arendt – o que é política? Net, 2008. Disponível em: < <http://gold.br.inter.net/luisinfo/cidadania/politica.htm>>. Acesso em: 02 jul. 2006.

2. ARAÚJO, Clara. Potencialidades e limites das políticas de cota no Brasil. Florianópolis/SC: Revista de Estudos Feministas, vol.9, n. 1, 2001.
3. ARISTÓTELES. A política. Tradução: Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Escala Educacional, 2006. (Serie Filosofar).
4. BETTO, Frei. A mosca azul. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
5. BOSELLI, Giane. O desafio da política de cotas na conquista da igualdade. 2008. Disponível em: < [http://www.inesc.org.br/biblioteca/textos-e-manifestos/Reforma%20Politi ca%20-%20artigo%205.pdf](http://www.inesc.org.br/biblioteca/textos-e-manifestos/Reforma%20Politi%20ca%20-%20artigo%205.pdf)>. Acesso em: 02 jul. 2008.
6. BRASIL (2007). Lei 9504/97. Dispõe sobre as eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Prefeito e Vice-Prefeito, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Deputado Distrital e Vereador. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/CCI/VIL/LEIS/L9504.htm>>. Acesso em 01 jul. 2008.
7. DAMIANI, Amélia Luisa. População e geografia. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2004. (caminhos da geografia).
8. FERREIRA, Mary. Do voto feminino à Lei das Cotas: a difícil inserção das mulheres nas democracias representativas. Revista Espaço Acadêmico. Nº 37, jun. 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/037/37cferreira.htm>> . Acesso em: 02 jul. 2008.
9. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE,2007). População estimada do Rio Grande do Norte. Disponível em: <[http://www .ibge.gov.br/estadosat/ perfil.php?sigla=rn](http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rn)>. Acesso em 01 jul. 2008.
10. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE,2008). População estimada do Brasil. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 01 jul. 2008.
11. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Sociologia geral. São Paulo: Atlas, 1999.

12. MIGUEL, Luis Felipe. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. Revista brasileira de ciências sociais. Vol.15, nº 44, 2000. Pág. 91-102.
13. RIBEIRO, João Ubaldo. Política: quem manda, por que manda, como manda. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
14. SHOIHET, Rachel. História das mulheres – histórico gênero: um balanço. In: PONTUSCHKA, Nibia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umberlino (org). Geografia em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 2002. p. 35 -44.
15. SOUZA, Samir Cristino. Cidadania e ética e emio ambiente. Natal: CEFET-RN/ FUNASA, 2007. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Apostila).
16. TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (TRE). Dados gerais sobre as eleições no Brasil e no RN. Disponível em: <<http://www.tre-rn.gov.br/>> Acesso em 04 jul. 2008.
17. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Estatísticas da eleições de 1994 a 2008. Disponível em: <www.tse.gov.br>. Acesso em: 29 jun. 2008.
18. VERAS, Renato; RAMOS, Luiz Roberto; KALACHE, Alexandre. Crescimento da População idosa no Brasil: transformações e conseqüências na sociedade. São Paulo: Revista Saúde Pública. v. 21 n. 03, 1987.

CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA O CRESCIMENTO POPULACIONAL DO BRASIL

Clara Rafaela de Oliveira Santos e Silva

Everton Brito da Silva

Silone Pegado Gomes

INTRODUÇÃO

Neste artigo, propomo-nos a discutir acerca do programa de bem-estar social desenvolvido pelo Governo Federal Brasileiro no ano de 2003 – Bolsa Família. Nosso objeto de estudo emergiu a partir das discussões em sala de aula no curso de Licenciatura Plena em Geografia, especificamente nas disciplinas de Geografia da População e Geografia Política, oferecidas pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET/RN). Essas disciplinas nos promoveram reflexões que nos remeteram ao desafio de fazer uma análise de como o Programa Bolsa Família pode estar contribuindo, de certa forma, para o crescimento populacional do país. Através deste, objetivamos identificar e analisar o papel do Programa Bolsa Família como uma política social, bem como suas ações sobre as famílias que recebem esse benefício do Governo Federal Brasileiro com a finalidade de identificar se esse programa contribui para o crescimento da população brasileira.

Para ampliar e aprofundar a nossa compreensão sobre a contribuição do Bolsa Família para o crescimento populacional, analisamos o Decreto Nº 5.209 de 17 de setembro de 2004 que rege as Leis Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, Lei no 10.219, de 11 de abril de 2001 e Lei no 10.689, de 13 de junho de 2003, como também o Decreto no 4.102, de 24 de janeiro de 2002 que institui o programa de Auxílio-Gás. Esses Decretos e Leis dão funcionalidade ao programa. Ainda realizamos uma breve incursão por meio de pesquisa bibliográfica para compreender os mecanismos dessa política social de transferência condicional de renda que contempla uma gama de famílias pobres brasileiras. Ao mesmo tempo, procuramos dialogar com a produção de pensadores como Lucci; Branco; Mendonça (2003), Amaral (2007), Sene (1998), Hofling (2001), Bastos (2007), Kamel (2008), Garcia (2008), dentre outros.

CARACTERIZAÇÃO DO CRESCIMENTO POPULACIONAL E A SUA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

CRESCIMENTO POPULACIONAL

Entende-se por crescimento populacional o aumento quantitativo do

número de indivíduos de uma determinada população dividida por uma unidade de tempo (WIKIPÉDIA, 2008).

Ao longo da história da humanidade a população vem crescendo de forma intensiva, impulsionada por diversos fatores, principalmente os que estão relacionados com as questões econômicas, como é o caso dos períodos da I e II Revolução Industrial, onde o Planeta Terra alcançou os seus primeiros bilhões de habitantes (LUCCI; BRANCO; MENDONÇA, 2003).

Para falar em crescimento populacional faz-se necessário retomar, mesmo que rapidamente, os caminhos percorridos por esse processo o qual ocorreu através de cinco fases importantes.

A primeira fase, caracterizada por um crescimento populacional lento, é resultado de fatores relacionados aos constantes conflitos bélicos, às precárias condições da medicina e as baixas condições sanitárias. Ela teve início no ano IV a.C. e durou até o século XVII. A segunda fase é marcada por um crescimento populacional rápido, favorecido pelo avanço da medicina, melhoria das condições sanitárias e em especial pelo sistema capitalista industrial que impulsionava as famílias a terem mais filhos para aumentar a renda familiar. Essa fase compreende ao início do século XVII e perdurou até o século XIX, em 1850 (WIKIPÉDIA, 2008).

Com relação à terceira fase (de 1860 a 1945) e a quarta fase (de 1950 a 1980), pode-se dizer que são os períodos de crescimento acelerado e explosão demográfica respectivamente. Na terceira fase, a população mundial duplicou em apenas um século, enquanto, na quarta fase, fez-se necessário apenas 30 anos para a obtenção desse resultado. Os fatores condicionantes dessas fases são os mesmos encontrados na segunda fase do crescimento populacional (avanço da medicina, melhoria das condições sanitárias, como também a “necessidade” das famílias pobres em terem mais filhos para aumentar a renda). Já em relação à quinta fase do crescimento populacional pode-se afirmar que esta é uma fase em que houve um declínio no crescimento da população. Nesta fase, encontram-se como fatores condicionantes o avanço da medicina que neste caso não é utilizada para curar doenças, prolongando assim a vida dos indivíduos, mas para criar métodos contraceptivos, a inserção da mulher no mercado de trabalho, a melhoria na educação, fatores esses que permitem um melhor planejamento familiar (LUCCI, BRANCO, MENDONÇA, 2003).

Ao analisamos esse caminho percorrido pelo crescimento da população mundial, percebemos que seu ritmo vem se intensificando com as mudanças ocorridas na organização econômica e social do planeta no

decorrer do tempo, sofrendo apenas um pequeno declínio nessa última fase que já faz parte de nossos dias atuais.

AS PRINCIPAIS TEORIAS ACERCA DO CRESCIMENTO POPULACIONAL NO MUNDO

A questão do crescimento populacional é um assunto que vem sendo discutido por alguns teóricos desde tempos remotos, porém percebe-se uma maior intensificação dessa preocupação em meados da primeira revolução industrial no século XVIII ocorrido na Europa, quando a mecanização do campo provocou a migração da população rural em destino aos centros urbanos. Esses teóricos tinham como objetivo principal de seus estudos, analisar e explicar as causas e as possíveis conseqüências do crescimento populacional, principalmente, quando ele ocorre de forma desordenada.

Dentre esses estudiosos destaca-se Thomas Malthus, o qual ficou conhecido por suas teorias demográficas. Esse teórico afirmava que o crescimento populacional excederia a capacidade da terra em produzir alimentos, aumentando gradativamente a fome e a miséria no mundo, ou seja, Malthus atribuía a miséria e a pobreza ao crescimento populacional. Para ele, esse crescimento tenderia a seguir um ritmo de progressão geométrica, enquanto a produção de alimentos cresceria segundo uma progressão aritmética, tendendo a crescer além dos limites de produção natural, resultando na fome e na miséria (AMARAL, 2007).

Ainda, acerca dessa temática, Damiani (2004) afirma que

A miséria para Malthus é, portanto, necessária. [...] ela mata, ela faz adoecer, reduz o número de matrimônios, pois será mais difícil sustentar filhos. [...] Uma sociedade igualitária estimularia nascimentos, dessa forma estendendo à todos à pobreza. [...] Malthus discorda, inclusive, da assistência do estado aos pobres, considerando-a nefasta, porque diminuindo a miséria a curto prazo, favorece o casamento e a procriação dos indigentes.

Segundo Malthus a solução para se evitar uma possível catástrofe gerada pelo crescimento desordenado da população seria a tomada de medidas rigorosas tais com a proibição do casamento entre pessoas muito jovens; a limitação do número de filhos entre as populações mais pobres; a elevação do preço das mercadorias e a redução dos salários, a fim de pressionar os mais humildes a ter uma prole menos numerosa (AMARAL, 2007).

Contudo, o que vemos é que Malthus ao desenvolver as suas teorias não considerou a questão da má distribuição de alimentos, os quais estão altamente concentrados nos países ricos, e a desigual concentração de riquezas onde os países subdesenvolvidos são, até a atualidade, super explorados pelos países ditos hegemônicos.

Com a explosão demográfica ocorrida no período que compreende a 4ª fase do crescimento populacional citado anteriormente nesse estudo, surgiu a teoria Neomalthusiana. Ela vem para reafirmar que o subdesenvolvimento e a miséria dos países periféricos são causados pelo crescimento populacional, uma vez que os governos desses países teriam que investir muito mais em políticas públicas impedindo assim um desenvolvimento efetivo. Estes também questionavam a capacidade dos recursos naturais do planeta caso a população continuasse a crescer desenfreadamente. As soluções encontradas por este grupo de estudiosos para um possível caos causado pelo crescimento desordenado da população mundial seriam as mesmas dadas por Malthus como, por exemplo, o controle da natalidade entre as camadas pobres da população (AMARAL, 2007).

Todavia, ao analisar essas duas correntes ideológicas, faz-se necessário destacar o posicionamento de Rua, que na tentativa de refutar essas teorias afirma que não basta apenas ter alimentos no mercado se a maior parte da população não tiver poder aquisitivo para adquiri-los. Ele ainda faz menção acerca das políticas mantedoras de preços as quais carecem de ser denunciadas devido ao incentivo que estas dão à destruição dos estoques de alimentos e a não plantação de determinados produtos enquanto há milhões de famintos no mundo (RUA, 1996).

Assim como Rua, há outros pensadores que compartilham do pensamento reformista. Eles remetem aos países centrais a culpa pela exploração irracional dos recursos naturais. Para os reformistas uma população jovem numerosa, em virtude de elevadas taxas de natalidade, não é causa, mas conseqüência do subdesenvolvimento (SENE, 1998).

Sene (1998) ainda afirma que é necessário o enfrentamento, em

primeiro lugar, das questões sociais e econômicas para que a dinâmica demográfica entre em equilíbrio.

Ainda acerca dessa teoria Sene (1998) afirma que:

À medida que as famílias obtêm condições dignas de vida, tendem a diminuir o número de filhos para não comprometer o acesso a de seus dependentes aos sistemas de educação e saúde. Quando o cotidiano familiar transcorre em condições miseráveis e as pessoas não têm consciência das determinações econômicas e sociais, vivem de subempregos, em submoradias e subalimentadas, como esperar que elas estejam preocupadas em gerar menos filhos?

Com relação à Teoria Reformista, é possível observar que ela é a que mais se aproxima da realidade, pois analisa de forma objetiva as questões econômicas e sociais da população mundial.

CRESCIMENTO POPULACIONAL NO BRASIL

O Brasil apresentou duas fases importantes no que se refere ao crescimento da sua população, que é a fase de intensa imigração e a fase de intenso crescimento natural ou vegetativo. A primeira fase inicia-se com a entrada dos milhares de negros africanos no país no período da escravidão, perpassando pelo período de imigração dos colonos europeus e perdurando até a década de 1940. Essa fase, apesar de ter sido importante para o crescimento populacional brasileiro, é caracterizada por um crescimento baixo quando comparado com a segunda fase alcançando taxas anuais de no máximo 1,8%, explicada pelas elevadas taxas de mortalidade, principalmente infantil, decorrente das precárias condições médicas-sanitárias, a falta de métodos contraceptivos, etc. Já o período que corresponde ao pós II Guerra Mundial perdurando até meados dos anos 80, é a fase de crescimento populacional significativo para o Brasil, principalmente após a década de 1950, quando há um maior investimento no setor industrial pelo governo brasileiro. O desenvolvimento da medicina e a melhoria das condições sanitárias também foram fatores condicionantes para um maior crescimento

da população nesse período, (BRASILESCOLA, 2007).

Segundo o site Brasilescola (2007), entre as décadas de 50 e 80, século XX, a população brasileira mais que duplicou passando de 52 milhões para 119 milhões de habitante. Em meados da década de 50 o Brasil detinha um crescimento anual médio de 2,6%, chegando a alcançar 3%, sendo um dos países do mundo que mais crescia nesse período.

De acordo com os dados do IBGE, o Brasil cresceu uma média de 10 milhões de habitantes entre os anos de 2000 e 2004 (IBGE, 2004). Atualmente conforme o mesmo instituto acima citado o país apresenta um total de 183,9 milhões de habitantes.

O que podemos perceber é que vem havendo um declínio no crescimento populacional brasileiro, como nos mostra as análises feitas acima. Contudo, não podemos descartar a possibilidade de um novo crescimento desordenado como o ocorrido entre as décadas de 40 e 80, século XX. A criação de políticas públicas de cunho social, como é o caso do programa Bolsa Família, poderá contribuir para esse crescimento caso não haja um controle da natalidade brasileira pelos órgãos criadores do programa.

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O CRESCIMENTO POPULACIONAL BRASILEIRO

O programa Bolsa Família é uma política pública social do Governo Federal Brasileiro. Segundo Gobert; Muller apud Hofling (2001), entendemos por políticas públicas a implementação de um projeto de governo pelo Estado, através de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade (HOFLING, 2001).

Diante disso, com a finalidade de saber do que se trata o programa Bolsa Família, podemos, nesse capítulo, caracterizá-lo como um programa de bem-estar social instituído no ano de 2003, pelo Governo Federal brasileiro através do Decreto Nº. 5.209 de 17 de setembro de 2004 que rege as Leis, Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, Lei no 10.219, de 11 de abril de 2001 e Lei no 10.689, de 13 de junho de 2003, como também o Decreto no 4.102, de 24 de janeiro de 2002 que institui o programa de Auxílio-Gás (WIKIPÉDIA, 2008; BRASÍLIA, Distrito Federal).

Esse programa visa reduzir a pobreza em curto e em longo prazo através de transferências condicionadas de capital, o que, por sua vez, propõe acabar com a transmissão da miséria de geração a geração, consistindo-se na ajuda financeira às famílias pobres e indigentes do país, com a condição de que estas mantenham seus filhos na escola e vacinados. Assim o Governo Federal transfere renda direto para as famílias uma vez ao mês.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (2006), através de uma cartilha intitulada Agenda de Compromissos da Família, afirma que

O Governo Federal criou o Programa Bolsa Família para apoiar as famílias mais pobres e garantir o direito à alimentação. Para isso, Governo Federal transfere renda direto para as famílias. O saque é feito a cada mês com seu cartão magnético. O Governo Federal também promove o acesso das famílias do Bolsa Família à educação e saúde. As famílias devem fazer a sua parte. Seus filhos devem freqüentar a escola e a família deve manter o acompanhamento da saúde em dia, principalmente para as crianças e gestantes.

O Decreto Nº. 5.209 de 17 de setembro de 2004 cria o Bolsa Família e une, nesse programa, todos os meios de transferência de renda do Governo Federal no caso, o Auxílio Gás, o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação e o Cartão Alimentação em um cadastro único, objetivando, a promoção do acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; o combate à fome e à segurança alimentar e nutricional; o estímulo a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; o combate a pobreza e objetiva promover a intersectorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público (BRASÍLIA, Distrito Federal).

Diante disso, podem fazer parte do programa, as famílias com renda mensal de até R\$ 50,00 por pessoa, ou as famílias com renda mensal de R\$ 50,01 a R\$ 100 por pessoa que tenham crianças de zero a 15 anos ou gestantes. Essas famílias, para participar do programa, procuraram a prefeitura de seu município e fazem o cadastro único, o qual é enviado para o Governo Federal, que faz análise das famílias inscritas com intuito de avaliar se elas atendem aos requisitos para participarem do programa (MDS, 2006).

Abordando os valores dos benefícios, vemos que esses são classificados em dois: o benefício variável e o benefício básico. Inicialmente, com benefício variável, todas as famílias recebiam R\$ 15,00 por criança de zero a 15 anos de idade e por gestantes, até o limite de três crianças por família, ou seja, até R\$ 45,00. Mediante a isso, esse benefício recebe essa denominação, pois varia de acordo com o tamanho da família (MDS, 2006).

No benefício básico, as famílias com maior necessidade e com renda de até R\$ 50 mensal por pessoa, primeiramente, adquiriam mais R\$ 50,00 que se somando com o benefício variável, chegava-se ao total do benefício (MDS, 2006).

Esses benefícios são pagos preferencialmente à mulher, através dos Cartões do Cidadão, que são enviados pelo correio. Estes cartões funcionam como um cartão de débito bancário normal e são emitidos pela Caixa Econômica Federal (MDS, 2006).

Sabemos que esses valores sofreram o primeiro reajuste, desde que foi criado o programa em 2003, em agosto de 2007. Diante disso, o menor valor pago passa de R\$ 15,00 para R\$ 18,00 e o máximo, de R\$ 95,00 para R\$ 112,00 (IPEA, 2006).

No mês de junho de 2008, outro reajuste é feito, onde o benefício básico do programa passa de R\$ 58,00 para R\$ 62,00 por mês e o variável sobe de R\$ 18,00 para R\$ 20,00 por beneficiário, até o limite de R\$ 60,00 por família (A TARDE ON LINE, 2008).

Outro reajuste foi feito no que diz respeito à idade dos beneficiados. Essa foi ampliada para 17 anos pela justificativa que nessa idade os jovens estão terminando o Ensino Médio, onde cada família com um filho de 16 ou 17 anos passará a receber mais R\$ 30,00 por adolescente que estiver estudando, num limite de dois (PORTAL ECODEBATE, 2008).

O programa Bolsa Família foi criado para “matar a fome” de 54 milhões de brasileiros, porém, hoje vem sendo apresentado por alguns estudiosos como um dos responsáveis pela compra de eletrodomésticos, o que não é foco do programa.

Isso é evidenciado por Bastos (2007), em seu texto “Consumo de bens duráveis aumenta por causa do Bolsa Família”, que traz a apreciação da professora de economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) Rosa Maria Marques. Segundo ela

A transferência de recursos do Programa Bolsa Família é um dos fatores que vem gerando impacto no aumento popular do consumo de bens duráveis para casa – ou seja, aqueles produtos que se adquire para se usar por longos períodos, como eletrodomésticos, móveis e aparelhos eletrônicos.

Palavras essas que são corroboradas pela socióloga Felícia Madeira, diretora-executiva da Fundação Sistema Estadual de Análise de dados (Seade) de São Paulo. Segundo a socióloga, entre as famílias menos favorecidas as dificuldades financeiras sempre impediram gastos que necessitassem de um tempo maior para finalização do pagamento – seja em educação, num pequeno negócio ou mesmo em bens duráveis para a casa. Um dos principais efeitos do Bolsa Família nesses casos é dar mais segurança financeira aos beneficiários. Ela ainda afirma que ao existir a garantia da vinda do dinheiro, as pessoas inclusas nesse projeto podem abrir um crediário para comprar eletrodomésticos ou equipamentos para trabalho (BASTOS, 2007).

Conforme é explicitado pelos teóricos anteriormente, o programa bolsa família tornou-se, com sua criação, mais amplo do que se esperava, deixando de ser apenas um transferidor de dinheiro com o propósito de minimizar a fome de boa parte da população brasileira e passando a ser um meio de renda segura tanto para os beneficiários, como para os comerciantes, que visualizaram o benefício como uma fonte de crédito confiável.

De acordo com Bastos 2007 em sua entrevista com Felícia Madeira, do Seade (São Paulo), ela coloca que

[...] oscilações no orçamento sempre impediram que famílias pobres fizessem gastos que necessitassem de um horizonte longo, fato remediado agora pelo Bolsa Família: “Como existe a garantia de que o dinheiro virá, a pessoa se planeja e pode abrir um crediário para comprar um eletrodoméstico ou um equipamento para trabalhar.”

O programa bolsa família já se tornou uma realidade em todo o país, seja “diminuindo as desigualdades financeiras” entre as famílias de classes diferentes, ou propiciando uma inserção das pessoas mais pobres nos níveis

de vivencia mais dignos.

Todos esses fatos são demonstrados e debatidos por meio de vários estudos de teóricos e por inúmeras pesquisas de instituições diferentes, além dos exemplos reais, como o da catadora de lixo Rosineide dos Santos, 47 anos, de Maceió, com três filhos, que recebe R\$ 76,00 do programa Bolsa Família, mas declara uma renda total de R\$ 200,00. Com isso, pegou um empréstimo de R\$ 500,00 no Banco do Cidadão, uma instituição que opera com micro crédito para empreendimentos populares e que conforme relata o IBGE em sua pesquisa: ela já tem fogão, liquidificador, cafeteira e forno elétrico, e assim que saldar a dívida pretende comprar uma televisão. Podemos concluir que Rosineide não utiliza o dinheiro cedido pelo programa para a alimentação de sua família e sim para outros fins como para a obtenção de eletrodomésticos (KAMEL, 2008).

Outro exemplo é o de Patrícia Belmira Henrique, de 43, manicure mineira, que recebe R\$ 112,00 do Bolsa Família. O dinheiro, diz ela informando à pesquisa, ajuda a pagar a máquina de lavar roupa.

De acordo com Kamel (2008), Patrícia declara que está feliz por obter a sua primeira máquina de lavar e que antes tinha que lavar a roupa na mão, o que a garantia um enorme trabalho.

O Bolsa Família é citado como sendo um dos responsáveis pela redução do índice de miséria no Brasil, que caiu 27,7% no primeiro mandato do governo Lula. Recentemente o Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgou um estudo mostrando que houve redução na população miserável do país entre 2003 e 2005. Outros motivos para redução da miséria no País têm sido a melhoria do mercado de trabalho, programas sociais como o Bolsa Família e os ganhos reais dos salários mínimos (KAMEL, 2008).

A reação das instituições multilaterais ao Bolsa Família tem sido, geralmente, de entusiasmo. Garcia 2008, ao reproduzir a colocação do presidente do Banco Mundial, Paul Wolfowitz em sua recente viagem ao Brasil, coloca que

O Bolsa Família já se tornou um modelo altamente elogiado de políticas sociais. Países, ao redor do mundo, estão aprendendo lições com a experiência brasileira e estão tentando reproduzir os mesmos resultados para suas populações.

Estudos do Banco Mundial revelam que, embora o programa seja muito novo, já foram registrados resultados mensuráveis positivos no consumo de alimentos, na qualidade da dieta e no crescimento das crianças. Kathy Lindert, chefe da equipe do Bolsa Família Project lista uma série de desafios que terão que ser enfrentados no futuro pelo Bolsa Família, tais como definição clara de objetivos, monitoramento e avaliação, para assegurar que o programa não se torne uma “ilha isolada”, mas seja complementado por investimentos na educação, saúde e na infra-estrutura, ajudando as famílias, em suas palavras “a se formarem” (ou seja, a saírem) do programa (WIKIPÉDIA, 2008).

O programa Bolsa Família está longe de ser unanimemente aceito pela sociedade brasileira. Entre as diversas críticas que recebe no Brasil está a de que geraria dependência, e desestimularia a busca por emprego.

A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), órgão oficial da Igreja Católica chegou a afirmar que o programa “vicia” e que deixa os beneficiários “acomodados”. Não é o que pensa o Banco Mundial, incentivador e patrocinador do projeto e de sua expansão por vários países. Suas pesquisas indicam que o benefício não desestimula o trabalho e a ascensão social.

O site Wikipédia (2008) ao transcrever a afirmação de Bénédicte de la Brière, responsável pelo programa na instituição, coloca que:

O trabalho adulto não é impactado pela transferência de renda. Inclusive, às vezes, alguns adultos trabalham mais porque têm essa garantia de renda básica que permite assumir um pouco mais de riscos em suas ocupações.

Como foi caracterizado no decorrer desse estudo, o programa Bolsa Família ainda é relativamente novo. Porém mesmo sem existirem dados concretos de pesquisas ou estudos, é possível que o programa venha a contribuir para o aumento da população no Brasil, nosso objeto de estudo. Esse fato pode ser comprovado com base nos casos citados acima, como por exemplo, o caso da Sr^a Rosineide, que utiliza o valor recebido do programa Bolsa Família para aquisição de eletrodomésticos.

Se evidenciarmos que a população brasileira, a partir da contribuição desse programa, obtém um acesso maior à saúde, à alimentação, à compra de objetos eletrodomésticos e as crianças estão na escola, torna-nos assim

visível que ela tendo a oportunidade de usufruir de bens que proporciona uma melhor qualidade de vida, hipoteticamente essa qualidade de vida se refletirá num aumento considerável da população brasileira, principalmente nas famílias de baixa renda, uma vez que essas desfrutando de uma qualidade de vida mais elevada terão reduzidos os números de pessoas que morrem de fome no país, como também gerarão mais filhos com a finalidade de receber mais investimentos do governo através do referido programa de bem-estar social. Logicamente, se houver menos mortes, principalmente de crianças decorrentes da desnutrição e a população gerar mais filhos, supostamente teremos o aumento da população brasileira.

Apesar do exposto, podemos encontrar na política da terceira via discutida por Giddens, uma possível solução para esses problemas, principalmente ao se analisar o primeiro preceito dessa política: não há direitos sem responsabilidades (GIDDENS, 2001).

No entanto, não cabe apenas ao governo brasileiro criar programas de bem-estar social como o Bolsa Família, mas juntamente com esse programa, devem ser desenvolvidas medidas cabíveis que fiscalizem o uso racional da verba repassada à população, a fim de evitar problemas tais como o crescimento desordenado da população carente que busca receber cada vez mais contribuição financeira por parte do governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento populacional do mundo, e mais especificamente do Brasil, por ser o objeto de nosso estudo, é um assunto que merece uma maior atenção por parte dos estudiosos, uma vez que se trata de uma questão que envolve o bem estar da população como um todo. Devemos buscar o desenvolvimento de estudos que contribuam para um melhor equilíbrio desse crescimento. Devemos também analisar essa questão de forma justa e objetiva atribuindo os seus danos aos reais mercedores.

Com relação às políticas públicas implementadas na sociedade brasileira como é o caso do programa Bolsa Família, faz-se indispensável que o governo também invista numa maior conscientização da população envolvida no programa acerca do necessário controle da natalidade no país, afim de que todos possam ter acesso a uma qualidade de vida mais elevada, sem que se faça distinção de classe, raça e sexo.

REFERÊNCIAS

1. AMARAL, Valesca Sarita do. Teorias demográficas. Disponível em: <http://www.ctaleonciocorreia.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/9/690/3842/arquivos/File/doc_prof/teorias_demograficas.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2008.
2. A TARDE ON LINE. Reajuste do Bolsa Família não é eleitoreiro, diz Lula. Política, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br/politica/noticia.jsf?id=908479>>. Acesso em: 10 jul. 2008.
3. BASTOS, Cristiano. Consumo de bens duráveis aumenta por causa do Bolsa Família. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/noticias/consumo-de-bens-duraveis-aumenta-por-causa-do-bolsa-familia/html2pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2008.
4. BRASIL ESCOLA. O crescimento da população brasileira. Geografia humana do Brasil, 2007. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/brasil/o-crescimento-da-populacao-brasileira.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2008.
5. BRASÍLIA (Distrito Federal). Decreto 5.209, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Disponível em: <http://bolsafamilia.datasus.gov.br/documentos_bfa/DecretoPBF.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2008.
6. DAMIANI, Amélia Luiza. População e Geografia. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
7. GARCIA, Douglas. Dependência ou morte. Jovens Mentes, abr. 2008. Disponível em: <<http://jovensmentes.blogspot.com/2008/04/dependencia-ou-morte.html>>. Acesso em: 10 jul. 2008.
8. GIDDENS, Antony. A terceira via: Reflexões sobre o impasse político e o futuro da social-democracia. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
9. HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. Cadernos

- CEDES, vol. 21, Nº 55, Campinas nov. 2001. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622001000300003&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: 10 jul. 2008.
10. IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Registro - Reajuste do Bolsa Família. Notícias, jul. 2007. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>. Acesso em: 10 jul. 2008.
 11. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Projeção da População do Brasil. População, 2004. Disponível em: < http://www.ibge.com.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=207&id_pagina=1>. Acesso em: 10 jul. 2008.
 12. KAMEL, Ali. Bolsa Família agora compra eletrodoméstico. Instituto Milenium. Artigos, mar. 2008. Disponível em: < http://www.institutomillennium.org/index3.php?on=artigo&in=assunto&artigo_id=911 >. Acesso em: 10 jul. 2008.
 13. LUCCI, Elian Alabi; BRANCO, Anselmo Lázaro; MENDONÇA, Cláudio. Geografia geral e do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2003.
 14. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). Bolsa Família: Agenda de compromissos da família. Governo Federal, 2006.
 15. PORTAL ECODEBATE. Evasão escolar cresce entre beneficiados do Bolsa-Família. Abandono de estudo aumenta na maioria das 200 cidades dependentes do programa. Disponível em: < <http://www.ecodebate.com.br/index.php/2008/03/10/evasao-escolar-cresce-entre-beneficiados-do-bolsa-familia-abandono-de-estudo-aumenta-na-maioria-das-200-cidades-dependentes-do-programa/>>. Acesso em: 10 jul. 2008.
 16. RUA, João. O crescimento populacional – Teorias e políticas demográficas. Rio Grande do Sul. XVI Encontro Estadual de professores de Geografia. Maio 1996.
 17. SENE, Eustáquio de; MOREIRA, João Carlos. Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização. São Paulo: Scipione, 1998, p. 336-34.

18. WIKIPÉDIA. Desenvolvido pela Wikimedia Foundation. Apresenta conteúdo enciclopédico. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Crescimento_populacional&oldid=11475288>. Acesso em: 19 jul.2008.
19. WIKIPÉDIA. Desenvolvido pela Wikimedia Foundation. Apresenta conteúdo enciclopédico. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Transi%C3%A7%C3%A3o_demogr%C3%A1fica&oldid=11360378>. Acesso em: 16 jul. 2008.
20. WIKIPÉDIA. Desenvolvido pela Wikimedia Foundation. Apresenta conteúdo enciclopédico. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Bolsa_Fam%C3%ADlia&oldid=11181516>. Acesso em: 10 jul. 2008.

**CRESCIMENTO POPULACIONAL DE
PARNAMIRIM – RN: AS ATIVIDADES
ECONÔMICAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE
CONTRIBUÍRAM PARA ESSE CRESCIMENTO**

Mara Cleide Pereira de Oliveira

INTRODUÇÃO

Parnamirim é o município do estado do Rio Grande do Norte que apresenta um aumento populacional crescente, sendo a cidade que mais cresce no estado. Essa cinqüentenária, localizada a 14 quilômetros da capital, permaneceu deserta e praticamente inabitada por mais de três séculos, após a criação do primeiro núcleo urbano da então Capitania do Rio Grande, a cidade do Natal fundada em 1599.

Suas terras, consideradas inadequadas para as atividades econômicas desenvolvidas na região (agricultura e pecuária), permaneceram praticamente abandonadas até o início do século XX. Desse modo, seu nascimento se dar de forma diferenciada e singular em relação às outras cidades nordestinas. Parnamirim surgiu em meio ao desenvolvimento da aviação comercial internacional.

Podemos afirmar que, sua posição geográfica, que já era considerada estratégica mesma antes do seu nascimento, teve um papel fundamental na sua formação inicial e também no seu desenvolvimento. Ao longo de sua história, em vários momentos e sob diferentes aspectos a área de Parnamirim se mostrou atrativa: Primeiramente, para instalação de um campo de pouso da aviação comercial internacional, que impulsionou seu primeiro povoamento. Posteriormente, durante a Segunda Guerra Mundial, quando foi instalada uma base militar americana, que propiciou sua explosão demográfica; e mais recentemente na década de 80, atraiu a instalação das indústrias para sua região, fato que contribuiu para manter seu crescimento populacional, levando-a a ser a terceira cidade mais populosa do estado.

Este trabalho se propõe a fazer uma análise do crescimento populacional de Parnamirim, considerando as atividades econômicas e as políticas públicas que impulsionaram e contribuíram para esse crescimento, desde sua ocupação, passando pela chegada da indústria, até os dias atuais.

Para tanto, utilizaremos alguns estudos norteadores como o de Castro (2005), Clementino (1995), Damiani (2004), Medeiros (2007), Peixoto (2003) Trindade (1988) e dados das Prefeituras de Parnamirim e Natal, como também dados do IBGE.

PARNAMIRIM: SURGIMENTO E CRESCIMENTO POPULACIONAL

Localizada no litoral oriental do estado, Parnamirim limita-se geograficamente ao Norte com o município de Natal (Capital), ao Sul com os municípios de São José de Mipibu e Nísia Floresta, a Leste com Oceano Atlântico, a Oeste com o município de Macaíba.

Dos nove municípios que compõem a Região Metropolitana de Natal, foi o que apresentou a maior taxa de crescimento populacional entre 1991 e 2000 (NATAL, 2006), conforme a seguir: Parnamirim (7,90%), São Gonçalo do Amarante (4,90%), Nísia Floresta (3,60%), Extremoz (3,10%), Macaíba (2,70%), São José de Mipibu (2,40%), Ceara - Mirim (2,00%), Monte Alegre (1,94%) e Natal (1,80%).

Atualmente, tem 172.751 habitantes (IBGE, 2007), e uma área de 126,6 km², resultando numa densidade demográfica de 1.364,5 hab./km². Parnamirim é a terceira cidade mais populosa do estado do Rio Grande do Norte, sendo ultrapassada apenas por Natal (Capital), a primeira, e Mossoró. Observemos na tabela 1, a evolução da população ao longo de sua história.

Tabela 1 - CRESCIMENTO POPULACIONAL DE PARNAMIRIM							
Ano	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2007
Hab.	4.986	8.826	14.502	26.360	63.312	124.690	172.751

Fonte: Prefeitura de Parnamirim (Censo 2000), IBGE (2007).

Hoje, observando números do crescimento tão expressivos, intrigamos imaginar que, até o final da década de 1920, a área de Parnamirim permanecia deserta. Conforme Peixoto (2003), a área que já era conhecida pelos índios da região, antes da colonização, permaneceria durante séculos, inaproveitada, despovoada e em grande parte completamente abandonada. Essas terras, conforme Medeiros (2007) não serviam para o cultivo, nem para pecuária, com exceção do vale fértil de Pium. Esse fato contribuiu para abandono, pois essas eram as atividades econômicas desenvolvidas na região.

Desde época da colonização era considerada estratégica, pois por

lá, passavam trilhas que ligava Natal, aos povoamentos portugueses ao sul, Paraíba e Pernambuco. Paranhã-mirim, da expressão tupi-guarani, que na mistura com a língua portuguesa, dar origem ao nome da cidade, significa “pequeno rio veloz”, referenciando a um rio que provavelmente existia no lugar, já extinto.

De acordo com Peixoto (2003, p.28), em 1881, os trilhos da linha férrea cortaram a região, fazendo a rota Natal – Nova Cruz, eles seguia “de perto o velho caminho para Paraíba e o Recife”. Em 1927, as terras da área de Parnamirim, conforme o mesmo autor pertencia ao português Manuel Machado que era o dono das terras do Engenho Pitimbu, um latifúndio quase deserto, sem proveitos ou benfeitorias. No entanto, era dos céus, que “literalmente, chagariam os homens que variam na planície de Parnamirim um pedaço de terra da maior importância” (PEIXOTO, 2003 p.29).

Com a missão de encontrar um local adequado para instalação de um campo de pouso, para a companhia aérea francesa, Compagnie Generale Aéropostale (CGA), que pretendia estender uma “Linha” que ligasse o continente europeu com toda América do Sul, chegou a Natal, em 17 de junho de 1927, o piloto francês Paul Vachet.

Após alguns dias de buscas fracassadas, o piloto conheceu Luís Tavares Guerreiro, comandante do 29º Batalhão de Caçadores do Exército e conhecedor das terras do Pitimbu, que o levaria a planície de Parnamirim. Essa área de solo arenoso e duro, com vegetação pequena, foi considerada conveniente pelo piloto, que logo negociou a doação das terras com o proprietário Manuel Machado.

Nesse mesmo ano, o campo de pouso de Parnamirim começava a operar de forma precária, “[...] era apenas uma pista de terra batida e grama, sem iluminação elétrica ou qualquer construção” (PEIXOTO, 2003 p. 43). Porém, dois anos depois, as instalações já estavam equipadas com torres de rádio, sinalização, hangares, oficinas, armazéns, poços artesanais, entre outras melhorias. O campo de pouso da Aéropostale em Parnamirim, já era considerado um dos melhores da companhia.

Após a instalação do campo de pouso, foram atraídos para área do campo de aviação, os primeiros residentes de Parnamirim, os pioneiros, eram operários, vendedores, prestadores de serviços, que encontravam trabalho junto à companhia e estabelecia residências nos arredores. Muitos migrantes chegavam com os olhos fixos nos céus, todavia, nada sabiam da saga da aviação, vinham em busca de trabalho, salários e um lugar para

morar. Em Parnamirim, o povoamento e o crescimento populacional terão o traço forte da migração, que conforme Damiani (2004, p.61) “o fenômeno do povoamento não poderia ser compreendido sem as migrações”.

A construção de uma estrada de rodagem carroçável foi uma das poucas iniciativas dos governos estadual e municipal, que visava favorecer a instalação do campo de pouso, todavia ela ficava intransitável no período chuvoso. Assim, de uma conjuntura internacional para expandir a aviação comercial, sem nenhuma iniciativa política para que as pessoas se instalassem no local, “foram lançadas as bases para a formação de Parnamirim” (NATAL, 2006).

Na década de 1930, a aviação comercial internacional havia se consolidado no estado, se podia comprar uma passagem aérea aqui e embarcar para Buenos Aires, do campo de Parnamirim. O campo era conhecido internacionalmente e pilotos de várias nacionalidades vinham conhecê-lo, inclusive os norte-americanos. Todavia, não tinha “[...] qualquer importância econômica, ou política no cenário nacional” (PEIXOTO, 2003 p. 58). A população do estado vivia da atividade algodoeira no interior e do comércio na capital.

Porém uma nova conjuntura internacional, a Segunda Guerra Mundial, iria alterar a vida da capital Natal (política, econômica, social e culturalmente) e selaria o destino do futuro município de Parnamirim. Mais uma vez, seu posicionamento geográfico estratégico iria atrair a aviação bélica internacional. Na área do campo de aviação e do pequeno povoado de “Parnamirim da Capital” como era chamado na época, seria construído uma base militar americana chamada de Parnamirim Field.

Segundo Clementino (1995. P. 8), bases militares são pólos de estruturação do espaço e apresentam importância na vida urbana das localidades e ainda, exercem efeitos sobre a economia e seus impactos podem se sentir na organização do território e sobre o processo de urbanização, isso “[...] dependendo do tamanho de seus efetivos, do volume e da magnitude de seus equipamentos, da natureza de suas funções e da importância de suas atividades.”

A construção da base americana Parnamirim Field, localizado do lado Leste do campo de aviação, mobilizou um grande contingente de mão-de-obra em sua construção, havia oferta de emprego, mesmo para os que não tinham qualificação. Conforme Peixoto (2003), Parnamirim da capital, ganhou fama, em todo litoral, como povoado com abundantes ofertas de

emprego, só perdendo para Natal. Desse modo, Parnamirim tornou-se um espaço atrativo economicamente, onde se encontrava oportunidade de emprego, isso vez com ela fosse o destino de muitos migrantes.

Outro fator importante que impulsionou a vinda de famílias inteiras do interior do estado para o litoral foi à seca de 1942. Essa migração rural-urbana conforme Damiani (2004, p. 42) é um fator fundamental no movimento populacional, pois o migrante vem para se estabelecer definitivamente, com a expectativa que na cidade terá um emprego e poderá se reproduzir como trabalhador, e também sua família.

O povoado de Parnamirim da Capital recebia migrantes do interior e dos outros estados vizinhos, eles vinham em busca de emprego e um lugar para morar. Mesmo aquele que não conseguiam emprego na base, era melhor se instalar nas suas proximidades. “Em Parnamirim era só chegar, marcar um pedaço de chão e erguer uma palhoça” (PEIXOTO, 2003 p.104). Desse modo, sem nenhuma infra-estrutura o povoado crescia, conforme Peixoto (2003, p.106), esse povoado pode ser considerado o “sítio urbano inicial da cidade”, mesmo a maioria das casas sendo taipa e ruas sem marcação, ou qualquer infra-estrutura, era formado por dois corredores de casas, junto à linha do trem, hoje atual rua tenente França.

Com a oferta de emprego era renovada, tanto pela Base americana (Parnamirim Field), como pela Base brasileira (Base Aérea de Natal) criada em 1942, que foi instalado no lado Oeste, no antigo campo de pouso, Parnamirim mantinha o fluxo migratório para sua área. Nesse contexto, surgiu um comércio voltado para atender as necessidades da população local, na sua maioria pobre. Em 1943, o povoado foi elevado à categoria de Vila. (PEIXOTO, 2003).

PARNAMIRIM E AS PRIMEIRAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Em 1944, a Vila de Parnamirim de Natal contava com uma população estimada em 2.500 habitantes. No local já existia uma feira livre, casas comerciais, um prédio construído destinado para ser escola primária, um templo improvisado onde eram celebradas as missas, tudo construído pela comunidade local, além das centenas de casas, sem contar as palhoças e os mocambos (PEIXOTO, 2003).

Conforme Castro (2005, p. 127) é função da administração pública, “[...] prover políticas públicas, ou seja, a prestação de bens e serviços às coletividades e aos seus territórios, como: manutenção da ordem, regulamentação do trabalho, assistência social, saúde, educação etc.” Em Parnamirim essa assistência pública ainda não tinha chegado.

Em Dezembro, desse mesmo ano, as lideranças comunitárias de Parnamirim convidaram o então prefeito de Natal, José Augusto Varela para visitar a Vila de Parnamirim e foi nessa ocasião que reivindicaram do poder público local investimentos na infra-estrutura da futura cidade. Também convidado pelas lideranças locais, visitou a vila o jornalista Rivaldo Pinheiro, que escreve a primeira reportagem sobre a vila civil, no jornal “A República”, levando ao conhecimento público as iniciativas comunitárias existentes no local e não poupando críticas a prefeitura do Natal, por não investir em infra-estrutura no local. (PEIXOTO, 2003). Desse modo, para atender as reivindicações locais e responder as críticas da oposição é nomeado pelo prefeito um administrador para a vila, o senhor Josafá Sisino Machado, que recebeu a missão de organizar e dar feições de cidade a Vila de Parnamirim.

O administrador da Vila de Parnamirim de Natal formou uma delegação com as lideranças locais e solicitou do prefeito um plano urbanístico, pois era preciso alinhar ruas e para isso seria necessário derrubar algumas casa e indenizar os moradores e alocá-los em outras áreas. As ruas levariam os nomes dos pioneiros da aviação, conforme sugestão da Base Brasileira.

Como novos caminhos, a vila precisava de equipamentos urbanos, foi construído o primeiro mercado público, para onde iriam os comerciantes da feira, para dar estrutura e melhores condições de higiene aos feirantes e consumidores. Para abastecer a vila com água foram abertos os dois primeiros chafarizes públicos, com o apoio do comandante da Base Aérea (Major Aviador José Vaz da Silva). A Base também autorizou o fornecimento de energia elétrica, a partir da casa de força da Base, para o mercado público e algumas casas. Também foram construídos um cemitério e uma lavanderia pública. (PEIXOTO, 2003)

Com as melhorias a cidade crescia e a Aeronáutica, decidiu construir 39 casas para fixar os sargentos e sub-oficiais, que depois se ampliaria para 101 casas, sendo este o primeiro conjunto residencial da cidade, arquitetonicamente planejado, organizado e urbanizado. Foram criados também um Cartório Judiciário e a primeira amplificadora (Amplificadora Santo Antônio, a Voz do Trampolim da Vitória). A primeira escola pública

de Parnamirim, idealizada pelo professor Homero de Oliveira Dantas, foi o grupo escolar Presidente Roosevelt, que ganhou um prédio próprio, construído pelo poder público estadual, em 1952, atual Escola Presidente Roosevelt.

A vila teve outros administradores nomeados para administrá-la, sendo o último Basileu Fernandes que administrou, entre 1955 a 1958, o já então Distrito de Parnamirim. Pois, conforme a Lei nº 146/48, a vila foi elevada à categoria de Distrito de Parnamirim em dezembro de 1948. Dois anos depois, no censo de 1950, já contava com 4.986 habitantes.

A cidade que ficou internacionalmente conhecida, como “trampolim da vitória”, no cenário da Segunda Guerra Mundial, comprova que não nasceu para ser provisória. Os fatos confirmam que, enganaram-se os muitos que acreditavam que ela não sobreviveria com o termino do conflito mundial.

Em 17 de dezembro de 1958, através da Lei nº 2.325, foi criado o município de Parnamirim, sem a participação do povo, pois essa foi mais uma conquista dos políticos da elite que atuavam na região, do que uma reivindicação da população que via seu destino ligado mais diretamente a Base, que a Capital (Peixoto, 2003). Outro fato, que fez a emancipação ser pouco divulgada pelos líderes comunitários locais, foi a Base não está dentro dos limites do novo município, que só voltaria a pertencer a Parnamirim em 1962, através da Lei 2.789, que revogava o Artigo 2º da Lei de emancipação.

O prefeito nomeado até as eleições foi o tenente reformado da Aeronáutica, Deoclécio Marques de Lucena. Posterior, eleito pelo povo, assumi a administração do município o primeiro prefeito eleito de Parnamirim, Ilson Santos de Oliveira, para um mandato de cinco, que começou em 1960. Atualmente, a cidade é administrada pelo 12º prefeito da cidade, Agnelo Alves, que está no segundo mandato consecutivo.

INDUSTRIALIZAÇÃO E O CRESCIMENTO DE PARNAMIRIM

A cidade de Parnamirim, no censo de 1960, já contava com 8.826 habitantes e economicamente vivia em torno das atividades de prestação de serviços a base militar e do comércio. Foi nessa década que chegaria a cidade a infra-estrutura necessária para a instalação da indústria no local, a energia elétrica.

Os investimentos dessa política de infra-estrutura seriam rateados

entre: o governo federal, através do Ministério da Minas e Energia e a Sudene, o governo estadual (do então Governador Aluísio Alves) e o governo municipal (do Prefeito de Parnamirim Tenente José Augusto Nunes). Desse modo, a cidade seria a sétima do estado a receber a energia elétrica de Paulo Afonso, distribuída pela Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte (COSERN), criada, pelo governador do estado em 1961. A energia elétrica permitiu que o estado pudesse ser incluído nos Planos Diretores Trienais (PEIXOTO, 2003).

O governo federal, de acordo com Trindade (1988), havia criado uma política de desenvolvimento regional, inicialmente, restrito ao Nordeste, através da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) que buscava corrigir os desníveis regionais e tinha entre os objetivos principais industrializar a região. Porém as diretrizes para o surgimento da indústria no estado, só foram contempladas no terceiro plano trienal, no período de 1966 a 1968.

A política de implantação da industrial no Rio Grande do Norte, conforme a mesma autora, no final da década de 1970, visava organizar o espaço industrial e concentrou esforços para estimular a industrialização, criando o Parque Industrial de Mossoró, na cidade de Mossoró, e o Distrito Industrial Sócio-Integrado de Natal (DISI) em Natal. Em Parnamirim, conforme Peixoto (2003) foi criada a Área Industrial de Parnamirim, através de uma iniciativa política municipal do então Prefeito José Augusto Nunes, através do decreto-lei nº 99, porém sem incentivos do governo estadual. O Estado passaria a orientaria e apoiaria as empresas que se instalasse nas áreas por ele criadas.

A DISI-NATAL foi criada, após vários estudos, conforme Trindade (1988), numa área de 565 ha, nos limites de Natal e São Gonçalo do Amarante, em 1979. Algumas vantagens apresentadas nesse estudo foram: Mão-de-obra abundante na vizinhança; acesso a rodovias já pavimentadas (BR 406, cortada pela 106); disponibilidade de transporte ferroviário; proximidade do porto; disponibilidade de água da Lagoa de Extremoz; disponibilidade de energia elétrica; Ventilação favorável, através da posição geográfica, os resíduos atmosféricos seriam levados para mar; disponibilidade de despejos de resíduos através de um pequeno riacho para o Rio Potengi. Além dessas vantagens, as empresas instaladas no local, contariam com o apoio do governo estadual, através de financiamentos para aquisição de terrenos, realização das obras de infra-estrutura, compra e/ou aluguel de galpões industriais, além de incentivos fiscais (dedução de ICM), financeiros, e de assistência técnica.

Peixoto (2003, p. 174), afirma que “a Sudene liberou incentivos para 45 indústrias no DISI-Natal e mais oito unidades em Parnamirim.” Nesse contexto, em 1981, a cidade de Parnamirim contabilizava 18 estabelecimentos industriais e já contava com 2.638 funcionários empregados nestas empresas, esse número correspondia a 32% da população economicamente ativa, conclui o autor.

Este incremento na economia do município, gerado através das indústrias que se instalaram nas regiões periféricas, fez com que atraísse um considerável contingente populacional para seu entorno. No período de 1980 e 1991, a população passou de 26.360 para 63.312, representando um aumento no contingente populacional de, aproximadamente, 140%. Esse incremento, também permitiu que, em 1989, Parnamirim, ocupasse o 3º lugar em arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadoria (ICM), consumo de água e energia elétrica, no Estado (PEIXOTO, 2003).

Conforme, o estudo de Trindade (1988), as empresas se instalaram num ritmo mais acelerado em Parnamirim, que na DISI-RN. Nesse estudo, a autora constatou que 45% das 22 empresas instaladas em Parnamirim, que participaram do estudo, se instalaram após a implantação da DISI-RN. Entre as vantagens para se instalar as indústrias na região, está o posicionamento estratégico; proximidade com o aeroporto; acesso ao entroncamento de duas rodovias federais (BR’s 101 e 304), que ligam a cidade ao Sul, e ao Norte do País; e também disponibilidade de energia elétrica, disponibilidade de água subterrânea de pouca profundidade.

Parnamirim se tornava, mais uma vez, uma área atrativa e de oportunidades, nesse momento para as indústrias. No final da década de 1980, cita Peixoto (2003, p. 178), que através do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do RN (IDEC), constatou-se que existiam 40 indústrias de atividades diversificadas e 48 micro-indústrias, além de 22 panificadoras. A indústria empregava um contingente de 13 mil operários, que representava 26% da população economicamente ativa.

Trindade (1988, p. 70), afirma que Parnamirim apresenta um “tipo de localização espontânea, onde os fatores favoráveis à implantação de indústrias não foram trabalhados para tal fim.” Peixoto (2003, p. 178), conclui que o governo estadual se manteve ausente, até ignorando o distrito industrial que nasceu fora dos planos oficiais.

Na década de 1990, com a crise mundial, encerrava-se o ciclo de grandes investimentos na indústria local, muitas empresas fecharam como: Tecblu, Leite de Coco Indiano, Brasinox, entre outras (PEIXOTO, 2003).

PARNAMIRIM CONTINUA CRESCENDO

Em uma década, a população de Parnamirim, quase dobrou, passando de 63.312 habitantes em 1991 para 124.690 habitantes no ano 2000 (ver na tabela 1). Essa população está concentrada na área urbana do município, distribuída em 13 bairros e dois distritos. Conforme Medeiros (2007), os distritos correspondem ao distrito do litoral, abrangendo Pium, Cotovelo e Pirangi do Norte; e o distrito de Nova Parnamirim, que absorve os bairros de Parque dos Eucaliptos e Parque do Pitimbu.

Segundo Peixoto (2003), outras alternativas de desenvolvimento foram encontradas pelo município, dentre elas estão o comércio, avicultura e o turismo (Cotovelo e Pirangi do Norte), vem apresentando um crescimento significativo.

Atualmente, conforme os dados apresentados numa matéria divulgada através do Jornal de Parnamirim (2007, nº 135), a cidade possui 2.821 empresas instaladas no seu território. Desse modo, são apontadas velhas vantagens como diferencial que faz a econômica crescer: posição estratégica; ser cortada pelas BR's 101 e 304 e dispor do aeroporto em seu território. Também podemos acrescentar a essas vantagens, o fato do município ter sido escolhido nos anos de 2005 e 2006, como a cidade de economia mais dinâmica do estado e configurar no 122ª posição no ranking nacional entre as 300 cidades com maior dinamismo, em 2007.

Comparando a distribuição da população da cidade através dos dados do IBGE de 1996 e 2000, segundo Peixoto (2003), há uma tendência em Parnamirim do esvaziamento do centro e inchaço das áreas periféricas. O censo de 2000 mostra que, quatro dos treze bairros do município estão localizados nas áreas periféricas, com uma população acima de 10.000 habitantes. São eles: Emaús com 11.749 habitantes; Passagem de Areia com 10.952 habitantes; Parque do Pitimbu e Parque do Eucalipto com 10.589 e 14.363 habitantes, pertencem ao distrito de Nova Parnamirim onde se concentra 20% da população do município. Esses últimos são os bairros que mais cresceram nesse período. Nesses quatro bairros concentram-se, quase 40% da população de Parnamirim.

O distrito de Nova Parnamirim está totalmente interligado com Natal, nessas áreas “[...] os limites entre os dois municípios não são claramente perceptíveis à população dessas regiões fronteiriças” (NATAL, 2006 p. 49). Nesses bairros concentram-se as maiores renda do município,

perdendo apenas para o tradicional bairro militar: Cohabinal (Renda Média R\$ 1.393,98). Pode ser observado ainda, um investimento intensivo do setor imobiliário na oferta de imóveis residências através de condomínios fechados horizontais e verticais, para uma classe com melhor poder aquisitivo, além de um comércio diversificado.

Um dos problemas urgentes apontados por Peixoto (2003 p. 190) e a “disponibilidade de locais para a construção de novas moradia e a infraestrutura necessária para atender à população mais pobre.” A exemplo de passagem de Areia que tem a menor renda da região (Renda Média R\$ 342,21), mais concentra mais de 10 mil habitantes no seu território.

Com uma população crescente, há uma maior demanda por infraestrutura urbana, saneamento, moradia, saúde, escolas, abastecimento d água e energia elétrica, segurança, proteção ao meio ambiente. Exigindo do poder público, políticas públicas que garantam aos cidadãos esses direitos, especialmente os mais pobres.

A administração local tem um grande desafio, em função da dinamicidade demografia e econômica, de prover políticas públicas que visem melhorar a qualidade de vida dos que moram, trabalham ou investem no município. Desse modo, buscando atender a população através de infraestrutura e serviços públicos, visando à qualidade de vida e a preservação do meio ambiente para seus cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A área de Parnamirim permaneceu por séculos abandonada, inaproveitadas e desabitadas. Sua posição geográfica, que já era considerada estratégica, mesmo antes do seu nascimento, será determinante em vários momentos do seu desenvolvimento econômico. No final da segunda década do século XX, surgiu o primeiro povoado em meio à expansão da aviação comercial internacional e sem nenhuma iniciativa política pública.

Sua primeira expansão demográfica se dar no contexto da Segunda Guerra Mundial, quando se instala ao lado do campo de aviação, a base militar americana, Parnamirim Field, que fará Parnamirim ser conhecida internacionalmente como Trampolim da Vitória. Foi à oferta de emprego na base, impulsionado pela seca de 1942 que fará centenas de migrantes

encontrarem em Parnamirim uma oportunidade de emprego e moradia.

Na década de 1940, a então Vila de Parnamirim, reivindica ao prefeito de Natal, investimentos públicos para melhorar sua infra-estrutura. Nesse contexto, a Vila recebe as primeiras políticas públicas, essas pretendiam dar feições de cidade. Em 1948 eleva-se a categoria de Distrito. Mesmo tendo um crescente aumento da taxa populacional, passaria por uma nova expansão com a instalação da indústria no município na década de 1980, direcionando a economia para além das atividades ligadas a Base Militar Brasileira e ao comércio.

A área industrial de Parnamirim cresce as margens dos planos políticos oficiais e se torna mais atrativa que a DISI-NATAL, e um dos fatores responsáveis, é sua posição geográfica. O desenvolvimento da indústria impulsiona uma nova explosão demográfica, e a cidade quase dobra sua população. Na década de 1990, a crise mundial encerra o ciclo dos grandes investimentos na indústria, mais a cidade registra um significativo crescimento nas atividades ligadas ao comércio, avicultura e turismo.

Parnamirim chega ao século XXI, mantendo o crescimento populacional e se colocando como o município de maior dinâmica econômica do estado do Rio Grande do Norte. Esse dinamismo demográfico e econômico do município é um grande desafio para administração local que visa prover a cidade de infra-estrutura e serviços urbanos capazes de atender, através das políticas públicas, todos que moram, trabalham ou investem no município, buscando a conservação ambiental e a qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS

1. CASTRO, Iná Elias de. Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
2. CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Impacto urbano de uma base militar: a mobilização militar em Natal durante a 2ª grande guerra. Natal: UFRN/CCHLA, 1995. 33p.
3. DAMIANI, Amélia Luisa. População e Geografia. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

4. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio Grande do Norte. Parnamirim. In: cidades @ 2007. Síntese das Informações. Contagem da população 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19. jul.2008.
5. JORNAL DE PARNAMIRIM. Assessoria de Imprensa da Prefeitura de Parnamirim/RN. Período de 16 a 30 de Junho de 2007. Nº 135. Páginas: 1-8. Disponível em: <http://parnamirim.rn.gov.br/boletins/anteriores.php> . Acesso em: 15.Ago.2008.
6. MEDEIROS, Luana Marielly da Silva. Análise da expansão urbano-periférica do município de Parnamirim. Natal (RN): 2007. 73 p. Monografia (Licenciatura Plena em Geografia). Gerência de Formação de Professores, Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte.
7. NATAL, Prefeitura municipal. Natal e sua região metropolitana. Secretaria municipal de meio ambiente e urbanismo. Natal (RN): Setor de pesquisa e Estatística. SPE, 2006.
8. PARNAMIRIM, Prefeitura Municipal. Parnamirim em números. Disponível em: <http://www.parnamirim.rn.gov.br/secretarias/emnumeros/emnumeros1.php>. Acesso em: 19.jul.2008.
9. PEIXOTO, Carlos. A história de Parnamirim. Natal (RN) : Z Comunicação, 2003.
10. TRINDADE, Maria Raimunda da Silva. Fatores determinantes da crescente localização industrial no município de Parnamirim – RN. Natal (RN), 1998. Dissertação (Mestrado em Administração). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ÊXODO RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: ASPECTOS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Ricardo Miranda Sá
Edmilson A. de Oliveira

INTRODUÇÃO

Dados recentes das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE sobre a dinâmica populacional e o êxodo rural no Brasil demonstram que a partir da década de 1990 houve uma estabilidade e até crescimento da população rural em algumas regiões. Se por um lado, algumas políticas públicas podem ter contribuído para esse resultado, dentre elas o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf; por outro, as relações capitalistas de produção no campo, representadas pela modernização da agricultura e pelo agronegócio impulsionam o êxodo rural.

Configura-se este estudo como teórico-empírico, de caráter exploratório, baseado em dados secundários e pesquisa documental, o que possibilita aos autores consagrarem a análise propriamente dita (QUIVY & CAMPEHOUDT, 2008). Segundo os autores, esse método é adequado para estudos demográficos e sócio-econômicos a exemplo deste.

Nesse contexto, foram utilizados dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2006), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – IBGE (2006) e Estatísticas do meio rural elaboradas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE e pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD (2008), além de documentos oficiais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf (1996); e apóia-se na produção de autores como Damiani (2006), Graziano da Silva (1989; 1997; 1998), Romeiro (1994), Prado Junior (1981) e outros autores que teorizaram sobre a questão agrária, as migrações e a modernização da agricultura.

Para discutir essas questões, na primeira parte deste artigo é realizada uma breve discussão sobre as migrações, o êxodo rural e a dinâmica populacional do Brasil, destacando-se estatísticas sobre a população rural. Em seguida, aborda-se a modernização da agricultura do país introduzida pelas relações capitalistas de produção que induzem ao êxodo rural. Por último, faz-se uma breve análise das políticas públicas relacionadas à agricultura familiar.

MIGRAÇÕES, ÊXODO E POPULAÇÃO RURAL

Na América Latina pode-se constatar que a polarização regional e social crescente continua a incentivar grandes potenciais migratórios internos. Pobreza, miséria, opressão e ausência de condições mínimas de se ter uma vida decente induzem as pessoas a procurarem cidades nas quais a situação econômica possibilite uma vida melhor, mesmo que as chances disso se concretizar sejam cada vez menores. Apesar do ritmo de migração para as cidades ser cada vez menor em relação aos índices observados no século XX, ela continua a acontecer porque as condições de vida no campo continuam péssimas. Assim, a miséria concentra-se nas periferias das cidades, cuja infra-estrutura não acompanha o crescimento demográfico (TRENKLE, 1999).

Segundo Damiani (2006, p. 61), “Os estudos geográficos sobre migrações envolvem uma perspectiva histórica ampla e acompanham o fenômeno desde a antiguidade até nossos dias”. Para esse autor, o êxodo rural pode ser entendido como uma migração espontânea (aparentemente espontânea), conseqüência de motivações políticas e econômicas conjunturais ou causas econômicas estruturais, não elucidando as condições históricas do processo de expropriação (DAMIANI, 2006). No caso específico das migrações ocorridas no Brasil, em especial, de nordestinos para outras regiões brasileiras, para entendê-las devem ser consideradas questões climáticas (a seca), políticas (as oligarquias), econômicas (ausência de empregos suficientes), entre outras.

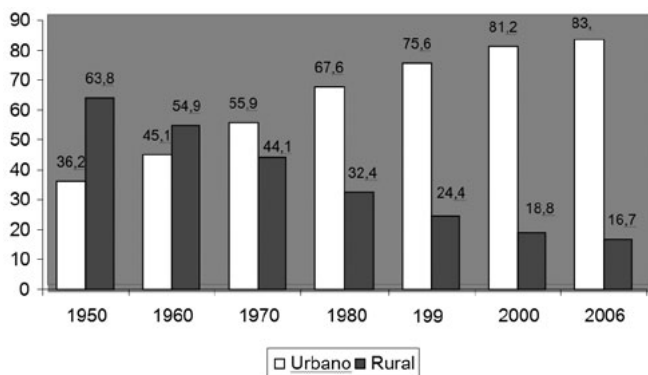
Durante longo período, o êxodo rural foi considerado como inevitável e resultado lógico do processo de modernização das atividades agrícolas. Logo, persiste no país “[...] a crença de que milhares de brasileiros continuariam deixando os campos em direção, em um primeiro momento, às pequenas cidades, para depois migrarem para grandes cidades e periferias das metrópoles” (DEL GROSSI et al., 1997).

De acordo com o Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP, 2001), até a década de 1990, 160.000 pessoas transferiam-se das zonas rurais para os centros urbanos, diariamente, em todo o mundo, gerando um crescimento explosivo nas cidades. Esse fenômeno é conseqüência da falta de políticas públicas adequadas ao meio rural, tornando-o sem perspectivas de investimentos e desenvolvimento, gerando pobreza, falta de empregos, além das dificuldades de acesso a terra, diferentemente da atração

exercida pelas cidades, com seus “melhores” empregos e serviços sociais de qualidade. A migração é, pois, um processo social que coloca os grupos em movimento, motivados por fatores econômicos, sociais e políticos e não apenas como uma decisão individual (DAMIANI, 2006).

No Brasil esta realidade parece ser semelhante, pois diariamente mais pessoas migram da zona rural para a zona urbana em busca de melhores condições, apesar dos centros urbanos não estarem preparados para recebê-los. Nesse sentido, conforme dados recentes do Censo Demográfico – 2006, elaborado pelo IBGE (gráfico 1), observa-se que nos últimos 10 anos o ritmo dessa migração da população rural rumo às cidades tem se reduzido.

Gráfico 1: Evolução da população por local de residência Brasil 1950-2006 (em %)



Conforme a estimativa do IBGE realizada em 2006 (tabela 1) residem nas áreas rurais em torno de 31,3 milhões de pessoas, 16,7% da população brasileira. Como as cidades (grandes, médias e pequenas) não comportam mais habitantes, pois não conseguem suprir às necessidades básicas da população com saúde, educação, lazer, transporte etc., de forma satisfatória, emerge a necessidade de o governo atuar no campo. Justifica-se a importância das políticas públicas voltadas para as áreas rurais, que propiciem renda e serviços básicos (saúde, educação, lazer, etc.) e, dessa forma, mantenham o homem no campo, evitando que ele migre para as áreas urbanas.

Tabela 1: Estimativa da população total por local de residência Brasil e grandes regiões 2006						
Grandes Regiões	População Urbana		População rural		Total	
	Em 1.000 pessoas	Em %	Em 1.000 pessoas	Em %	Em 1.000 pessoas	Em %
Norte	11.404	75,6	3.679	24,4	15.083	100,0
	36.949	71,4	14.765	28,6	51.714	100,0
Sudeste	73.411	92,0	6.343	8,0	79.754	100,0
	22.679	82,9	4.689	17,1	27.368	100,0
Centro-oeste	11.491	86,3	1.822	13,7	13.313	100,0
Brasil	155.934	83,3	31.298	16,7	187.232	100,0

Fonte: IBGE – Pnad (elaborado pelo autor).

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

A discussão da questão agrária brasileira deve considerar duas questões fundamentais: a primeira refere-se à estrutura fundiária; a outra, diz respeito à modernização da agricultura.

Discutir a estrutura fundiária brasileira permite que se entenda a origem dos problemas socioeconômicos e territoriais do campo (tabela 2).

Tabela 2: Estrutura Fundiária – Brasil 2003				
Estratos área total (ha)	Imóveis	Área total	Área média	(em ha)
	Nº de imóveis	Em ha	Em %	
Até 10	1.338.771	7.616.113	1,8	5,7
De 10 a 25	1.102.999	18.985.869	4,5	17,2
De 25 a 50	684.237	24.141.638	5,7	35,3
De 50 a 100	485.482	33.630.240	8,0	69,3

De 100 a 500	482.677	100.216.200	23,8	207,6
De 500 a 1000	75.158	52.191.003	12,4	694,4
De 1000 a 2000	36.859	50.932.790	12,2	1.381,80
Mais de 2000	32.264	132.631.509	31,6	4.110,80
TOTAL	4.238.447	420.345.362	100,0	99,2

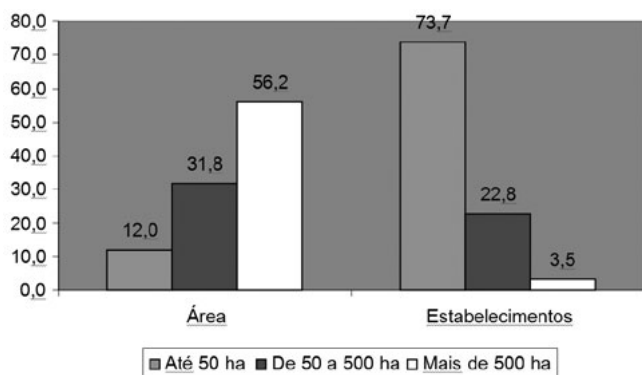
Fonte: INCRA. II PNRA – NEAD (elaborado pelo autor).

Para Prado Junior (1981, p.18), o que se deve vislumbrar “[...] em primeiro e principal lugar, é a relação de efeito e causa entre a miséria da população rural brasileira e o tipo de estrutura agrária do País, cujo traço essencial consiste na acentuada concentração da propriedade fundiária”.

A concentração e a utilização da terra por uma reduzida minoria é um agravante do quadro sócio-econômico brasileiro, visto que essa concentração excluiu uma maioria de agricultores (PRADO JUNIOR, 1981). Portanto, a distribuição desigual de terras no país é um dos responsáveis pelas disparidades socioeconômicas e a ausência de uma política de reforma agrária que solucione esse problema coligado a implantação de um modelo de “modernidade” na agricultura via agronegócio favorece ainda mais a concentração de terras e a crescente exclusão social no País (gráfico 2).

O gráfico 2 demonstra a alta concentração fundiária no País. Observa-se que 3,5% dos estabelecimentos com mais de 500 hectares são, na sua maioria, formados de empresas multinacionais ligadas aos Complexos Agroindustriais (CAIs) e compreendem mais da metade das terras brasileiras (56,2%). Em contrapartida, quase 74% dos estabelecimentos com até 50 hectares estão distribuídos em reduzidíssimos 12,0% da área territorial brasileira.

Gráfico 2: Estrutura fundiária Brasileira em área e estabelecimentos, agosto/2003.



Fonte: DIEESE – INCRA. II PNRA (elaborado pelo autor).

Sobre essa desigual distribuição de terras, Romeiro descreve que essas diferenças fazem parte da história brasileira, sendo que:

As características de mais de quatro séculos de desenvolvimento agropecuário no Brasil podem ser assim resumidas: de um lado, grande sucesso comercial de culturas de exportação e, de outro, escassez relativa de gêneros alimentícios, exploração predatória da natureza, escravização da mão-de-obra, seguida de precárias condições de acesso à terra e de emprego, escassez relativa de alimentos e excedente estrutural de mão-de-obra, num país com a maior área agrícola potencial do planeta (ROMEIRO, 1994, p.118).

Assim, a concentração fundiária tem um duplo objetivo: fornecer ao agrônomo uma base territorial conveniente para a realização de seus objetivos (lucros) e assegurar ao empreendimento a mão-de-obra indispensável, fácil e mal remunerada que necessita (PRADO JUNIOR, 1981).

Diversos autores têm discutido as transformações no espaço agrário brasileiro, relacionadas à introdução de novas técnicas e ao aumento da divisão social do trabalho. A partir de 1850, com o fim do Tráfico de Escravos e de 1888 com a abolição da escravatura, o espaço agrário começa a se modificar. Esses fatos imprimem uma alteração nas relações de trabalho, além da inserção de bases industriais no processo de produção agrícola, culminando, na década de 1950 com o fim do Complexo Rural.

O Complexo Rural caracterizava-se por sua total autonomia, apesar da sua dependência do mercado externo. Nele a produção agrícola ocupava apenas parte dos meios de produção existentes, pois se produziam não só as mercadorias para exportação, mas também manufaturas e equipamentos simples para produção, transportes, utensílios e habitação; ou seja, o Complexo Rural não dependia dos insumos (sementes, adubos, fertilizantes, etc.) produzidos pelas indústrias. Essa agricultura, apontada como tradicional, se caracteriza pela utilização intensiva dos recursos naturais, entre eles, a fertilidade natural do solo e a mão-de-obra direta (BRUM, 1987; GRAZIANO DA SILVA, 1998).

A partir de 1960, a modernização tecnológica da agricultura influenciou a questão agrária. Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – Cepal era preciso modernizar o setor e elevar o padrão de vida das populações rurais. Assim elas poderiam se constituir em um mercado consumidor para as indústrias emergentes, eliminando o arcaico do meio rural para desempenhar o papel da agricultura de fornecer matéria-prima para a indústria nacional que surgia e alimentando a crescente população urbana no Brasil (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Assim, o padrão agrícola brasileiro começa a se modificar com as políticas de financiamento para compra de insumos e máquinas, além da integração entre os setores primário e secundário. Esse processo de modernização da agricultura surgiu junto com a Revolução Verde, para proporcionar aumento de produtividade nas propriedades. Essas modificações repercutiram satisfatoriamente nos países que executaram a reforma agrária, e de forma negativa nos países que não fizeram a reforma agrária.

Com o golpe militar em 1964, foi criado o Estatuto da Terra (Lei 4.504), que estabeleceu uma nova ordem econômica vinculada ao capital oligopolista internacional, vindo a consolidar o processo de modernização conservadora, mantendo a grande propriedade e impedindo o processo de reforma agrária que estava em curso (BRUM, 1987).

Nesse período, o Estado incentivou a integração da indústria com a agricultura através de subsídios (créditos), de incentivos fiscais e de políticas de incentivo as exportações. Esse processo de integração da indústria e da agricultura transformou o padrão agrário brasileiro.

O processo de modernização elevou o consumo intermediário na agricultura, gerando uma dependência de compras industriais para a

produção de suas mercadorias. Segundo Graziano da Silva (1989) esse processo da constituição dos Complexos Agroindustriais e a dinâmica da modernização da agricultura, geraram duas conseqüências: desigualdades por região, de produto, tipo de lavoura, de cultura, de produtor, principalmente àqueles impossibilitados de ter acesso ao crédito, a aquisição de insumos, equipamentos, que apresentaram menor produtividade e foi altamente excludente, ou seja, atingiu poucos produtores.

A moderna agricultura esconde “desequilíbrios” como à concentração fundiária, o êxodo rural, a exploração dos trabalhadores e a concentração da renda. Nesse sentido, a reforma agrária se torna imprescindível para manter o trabalhador rural no campo, evitando problemas de sua marginalização nos centros urbanos. Assim, “a modernização da agricultura não foge a regra: os seus efeitos perversos ameaçam esvaziar os campos e inchar as cidades, transformando a crise agrária em crise urbana” (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p.135).

Com a adoção do padrão tecnológico no campo, observa-se que a pequena propriedade familiar foi a mais prejudicada pela capitalização do campo, principalmente devido à monocultura. Como há necessidade de produzir com alta produtividade para garantir o lucro, a pequena propriedade acaba por abdicar da lavoura de subsistência. Portanto, a exigência de uma alta produção é fator determinante para arruinar os pequenos agricultores, fazendo-os abandonarem suas atividades. Nesse sentido, Graziano da Silva (1999, p.135) questiona: “Se a modernização da agricultura tende a agravar as já agudas desigualdades sociais, deve-se, então, tentar abrandar seus efeitos freando o próprio processo? A ‘solução’ é uma agricultura tecnologicamente atrasada, porém, socialmente justa?”.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CAMPO: A AGRICULTURA FAMILIAR

Políticas públicas podem ser definidas como “o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas”. Elas expressam “a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público”. (GUARESCHI et al, 2004, p. 180).

Assim, as políticas públicas têm um papel fundamental para reduzir as desigualdades regionais no Brasil. São necessárias, pois conforme Castro

O espaço brasileiro é marcado por fortes disparidades de povoamento, de atividades produtivas, de distribuição de renda, de educação, de equipamentos sociais etc., além de ser recortado em unidades federativas – estados e municípios – de tamanhos muito variados. Essa diferenciação existe também em relação à disponibilidade de equipamentos e às características dos espaços políticos que reúnem as condições essenciais para que a cidadania seja exercida (CASTRO, 2005, p.201).

A agricultura familiar é uma instituição de reprodução da família cujo núcleo está na relação direta com a terra e com a produção agrícola. O fortalecimento da agricultura familiar através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf é considerada o alicerce das políticas públicas orientadas para o desenvolvimento rural, apesar de todos os retrocessos das ações governamentais. É um indicativo de mudanças na orientação governamental em relação à agricultura e aos pequenos agricultores, principalmente quando se pretende associar desenvolvimento com sustentabilidade e levar as camadas mais necessitadas da sociedade, educação, saúde, proteção ambiental etc. (PRONAF, 1996).

Há muito tempo esquecida pelo Estado, à agricultura familiar e a sua base fundiária – a pequena propriedade – têm sobrevivido em meio às políticas que favoreceram a grande produção e a grande propriedade – setores privilegiados no processo de modernização da agricultura brasileira. O aumento da produtividade associado à utilização de novas tecnologias no campo tem fundamentado a ação e os discursos modernizadores. Contudo, nesse processo, o meio ambiente sofre diversos impactos. Contrapondo-se a isso, Giddens nos mostra que

A modernização ecologicamente sensível já não diz respeito a “mais e mais modernidade”, porém é consciente dos problemas e limitações dos processos modernizantes. É atenta à necessidade de restabelecer continuidade e desenvolver coesão social num mundo de transformações erráticas, em que as energias intrinsecamente imprevisíveis da inovação científica e tecnológica desempenham um papel tão importante. (GIDDENS, 2001, p. 77).

Assim, como o Pronaf é voltado para as demandas dos trabalhadores rurais e sustentado em um modelo de gestão social em parceria com os agricultores familiares e suas organizações. representa um grande avanço

comparado às políticas anteriores. Esse programa destaca o desafio de construir um novo paradigma de desenvolvimento rural para o Brasil, sem os vícios do passado (PRONAF, 1996).

Nesse aspecto, a agricultura familiar é considerada como um “segmento gerador de emprego e renda de modo a estabelecer um padrão de desenvolvimento sustentável” (PRONAF, 1996, p.5), o que resultaria na fixação da população no campo. Assim, ao “atacar grande parte dos problemas sociais urbanos derivados do desemprego rural e da migração descontrolada na direção campo-cidade” (idem, p.11), pode ser considerada como uma alternativa “economicamente produtiva” e “politicamente correta”.

Conforme o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD (2006), a agricultora familiar representa 85,2% do total de estabelecimentos, ocupa 30,5% da área total (tabela 2), e é responsável por 37,9% do valor bruto da produção agropecuária nacional. Considerando-se o valor da Renda Total Agropecuária (RT) do país, responde por 50,9% do total de R\$ 22 bilhões.

Essas informações revelam que a agricultura familiar utiliza os recursos produtivos de forma mais eficiente que os patronais, pois, mesmo detendo menor proporção da terra e do financiamento disponível, produzem e empregam mais do que os patronais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de modernização na agricultura brasileira teve como conseqüências o êxodo rural e o empobrecimento de uma massa de trabalhadores rurais e pequenos proprietários, fazendo surgir os movimentos sociais no campo na luta pela terra. Sob esse aspecto, deve-se procurar estabelecer um equilíbrio entre a penetração capitalista no campo, que de certa forma é inevitável, e a implantação de políticas públicas que assegurem às populações rurais um mínimo de qualidade de vida.

Para tanto, o processo de desenvolvimento da política agrícola e agrária necessita de uma reorientação. É urgente a implantação de uma reforma agrária aliada a diversas políticas públicas, ou seja, uma alteração na estrutura fundiária que transforme as relações sociais atualmente existentes

no campo e ainda melhora as condições dos assentamentos rurais já existentes, pois o Estado ao não garantir uma assistência adequada e infraestrutura básica às populações rurais, transfere os miseráveis do campo para as favelas urbanas.

Em suma, é importante considerar a importância de programas de governo como o Pronaf como uma condição para manter a população no campo e também para viabilizar as pequenas unidades produtivas que não conseguem, por motivos vários, responder integralmente às demandas do mercado, sustentando-se exclusivamente na atividade agrícola. Assim, o apoio à agricultura familiar tem que ser pensado no âmbito do desenvolvimento local no qual os aspectos econômicos, sociais, ecológicos e culturais devam ser igualmente levados em conta na busca de soluções não excludentes.

NOTAS

1 - A CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe é o organismo da ONU responsável para a promoção do desenvolvimento econômico e social da América Latina, criado no ano de 1948.

2 - A Revolução Verde foi um programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes. (Brum, 1987, p.44)

REFERÊNCIAS

1. BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, Brasília, 1996.

2. BRUM, A. J. Modernização da Agricultura: trigo e soja. Ijuí: Vozes, 1987.
3. CASTRO, I. E. de. Geografia e política: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
4. DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Estatísticas do meio rural / 2008. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Brasília: MDA – DIEESE, 2008.
5. FNUAP (Fundo de População das Nações Unidas) 2001. Rastos e Marcos: população e mudanças ambientais, a situação da população mundial. New York.
6. GIDDENS, A. A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
7. GRAZIANO DA SILVA, J. A reforma agrária e a política agrícola num programa para o campo. Revista Teoria e Debate, n. 7, jul/ago/set de 1989. Disponível em: <<http://www.fundacaoperseuabramo.org.br/td/t07/td07.htm>>. Acesso em: 10/jul/2008.
8. _____. A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira. 2.ed. Campinas: UNICAMP, 1998.
9. _____. Tecnologia e Agricultura Familiar. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.
10. GUARESCHI, N.; COMUNELLO, L. N.; NARDINI, M.; HOENISCH, J. C. Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência. In: STREY, M.; AZAMBUJA, M.; JAEGER, F. (Orgs). Violência, gênero e políticas públicas. Porto Alegre: Edipucrs, v. II, p. 177-194, 2004.
11. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.ibge.gov.br> . Acesso em 05/jul/ 2008.
12. Del Grossi, M.E.; Graziano da Silva, J.; Campanhola, C. O fim do êxodo rural? In: Encontro Nacional de Economia Política, 6., 2001, São Paulo. Anais... São Paulo: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2001. (CD

ROM – Mesa 25: Transformações no campo brasileiro)

13. NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Dimensão, magnitude e localização das populações pobres no Brasil. Brasília: MDA, 2006.
14. PRADO JÚNIOR, C. A Questão Agrária no Brasil. 3.ed., São Paulo: Brasiliense, 1981.
15. QUIVY, R.; CAMPEHOUDT, L. V. Manual de Investigação em Ciências Sociais. 5. ed. Lisboa: Gradiva, 2008.
16. ROMEIRO, A. R. Reforma agrária e distribuição de renda. p.105-136. In: STÉDILE, J. P. (coord.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: Editora UFRGS,1994.
17. TRENKLE, N. Globalização e migração. Hamburgo: Traduzido do alemão por Heinz Dieter Heidemann.

IFRN
Editora ■■■■



Dália Maria Maia Cavalcanti de Lima, apresenta-se como uma pessoa que trata o conhecimento humano através de uma postura transdisciplinar, o que se retrata em sua formação. É Pedagoga e Geógrafa, Especialista em Educação, Especialista em Habitat Construído, Mestre em Arquitetura e Urbanismo e Doutora em Ciências Sociais. O seu interesse é amplo pois reporta-se ao entendimento do comportamento humano e sua interface com a natureza e a sociedade, escreveu artigos e livros sobre estas relações e como se concretizam no espaço e se organizam no território. Professora da ETRN, CEFET, é hoje aposentada do IFRN, instituição que possibilitou sua carreira rica em possibilidades.



Silone Pegado Gomes é Licenciada em Geografia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte e atualmente é aluna do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Educação Ambiental e Geografia do Semiárido na Modalidade a Distância ofertado por essa Instituição. Trabalha na Escola Municipal Juvenal Lamartine em Natal-RN como professora de Geografia

Esta publicação contém textos, em configuração de artigo, que foram apresentados em seminários, cujos temas referem-se aos conteúdos da disciplina “Geografia da População e Geografia Política” elaborados pelos alunos, no curso de Licenciatura Plena do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), durante o ano de 2008. Esses textos foram organizados pela professora das referidas disciplinas.

Neles pretende-se divulgar um debate acerca dos temas propostos. As questões foram selecionadas em seis artigos: o primeiro, refere-se às questões metodológicas que dizem respeito à Ciência Geográfica em geral e especificamente das disciplinas Geografia da População e os demais tratam de temas que relacionam o território nacional, as políticas públicas e a população brasileira no contexto atual.

